



Ata da assembleia municipal de Tondela de trinta de junho de dois mil e catorze

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos que se anexa.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados:

Carlos Alberto Antunes Viegas, Arménio Leite Marques, Catarina Trindade Homem Ferreira, Ana Raquel Loureiro Rodrigues, Fernando da Silva Figueiredo, João Paulo Henriques Tavares.

Os deputados justificaram as faltas, que foram consideradas relevadas.

1- Período de antes da Ordem do Dia:

1.1. Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2014

Não havendo intervenções, a ata da sessão de 28 de abril foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com três abstenções, dos deputados Carlos Cunha, José dos Prazeres e Diamantino Costa, por não terem estado presentes na referida sessão.

1.2. Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foram apresentados à assembleia dois ofícios enviados pela ANMP, um com um exemplar do livro “Ser Autarca, Missão e Desafios” e outro com uma publicação dos 30 anos da ANMP; um email enviado pela Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda à Assembleia da República, intitulada “Renderam a nossa democracia à ditadura dos mercados”; um ofício da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho,



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 30-06-2014

sobre autorização para ações de arborizações e rearborização; um ofício enviado pela CIM Viseu Dão Lafões com uma moção, aprovada na reunião da assembleia intermunicipal, sobre o tema “A água é de todos”; um ofício enviado pela Junta de Freguesia de Parada de Gonta sobre o encerramento da EB1 de Parada de Gonta; ofício enviado pela assembleia da União de Freguesias de Barreiro e Tourigo com duas propostas, aprovadas nessa assembleia, sobre o encerramento da EB1 de Tourigo; um ofício do senhor presidente da Câmara de Tondela com o relatório de atividades de 29 de abril a 24 de junho de 2014 e informação sobre a situação financeira do município.

O senhor presidente da assembleia informou os presentes sobre a receção de um email enviado pelo deputado António Dinis, para o seu correio particular, a solicitar gravações das duas ultimas assembleias municipais. Referiu, também que procurou informar-se sobre a viabilidade desta solicitação e passou, de seguida, à leitura de parecer enviado pela CCDRC sobre uma situação análoga:

“Parecer da CCDRC: Tendo sido solicitado ao Presidente da Assembleia Municipal a cedência de cópias das gravações de sessões da assembleia municipal, para instruir processos de natureza cível e penal, questionam-nos, a) sobre a obrigatoriedade legal de satisfazer tal pretensão, b) se apenas os membros da assembleia ou qualquer particular pode solicitar a cedência dessas reproduções; c) se pode ser cobrada qualquer taxa pela emissão deste tipo de documentos; d) qual o período de tempo em que os suportes magnéticos devem ser conservados para efeitos de satisfação de pedidos deste tipo? Cumpre-nos informar: a) Nos termos do nº1 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, estabelece-se e cito "de cada reunião ou sessão é lavrada a ata que contém o resumo no que essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada".

De acordo com os nºs 2 e 4 do mesmo normativo as atas são lavradas sempre que possível por funcionário da Autarquia designado para o efeito e as deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas, ou

Cláudia
Q



depois de assinadas as minutas. No mesmo sentido, dispõe o n.º 4 do artigo n.º 27.º do Código de Procedimento Administrativo que dispõe e cito: "as deliberações dos órgãos colegiais só podem adquirir eficácia depois de aprovadas as respetivas atas, ou depois de assinadas as minutas nos termos do número anterior". Na verdade, só a deliberação do colégio reduzida a ata goza de eficácia jurídica e isto porque o que dela consta faz prova legal plena das deliberações tomadas. A importância jurídica da ata é de tal forma grande que a sua falta se equipara, praticamente, em termos de resultados jurídicos, à falta do próprio ato. A importância e relevância das atas advêm-lhes ainda de serem um instrumento fundamental para a realização do princípio da administração aberta. A ata serve para dar conhecimento aos particulares de tudo o que aí se passou como se lá estivessem estado.

A questão que nos é suscitada prende-se com a possibilidade de facultar cópias de gravações de sessões da Assembleia Municipal. Sobre esta matéria, temos a informar que a gravação ou, por exemplo, um rascunho da ata constituem instrumentos colocados à disposição de quem lavra a ata, mas não constituem o documento final. Neste contexto saliente-se o disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 4.º da Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto que dispõe e cito: "Não se consideram documentos administrativos para efeitos do presente diploma: as notas pessoais, esboços, apontamentos, e outros registos de natureza semelhante." Como vimos acima, só a ata e a minuta assinadas conferem eficácia às deliberações tomadas. Uma cópia de uma gravação da Assembleia Municipal para além de não ser sequer um documento administrativo não tem que ser facultado tendo em conta que o acesso aos documentos previsto designadamente no n.º 3 do artigo 62.º do CPA só abrange os documentos administrativos. Não nos abstrairmos porém do facto de que estamos aqui perante a necessidade de instruir processos de natureza cível e penal.

Em matéria de direito penal, um dos princípios norteadores é o princípio da descoberta da verdade, segundo o qual todos estamos obrigados a colaborar com a descoberta da verdade. Consideramos porém que, para efeitos penais, só através de uma ordem judicial é que este tipo de documentos (não administrativos) deverá ser facultado, por se entender que competirá ao juiz encarregue do processo em causa aferir da sua importância enquanto prova. b) Naturalmente que a solução apresentada



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 30-06-2014

Classif
Q
SP

não difere consoante se trate de um eleito local ou um particular uma vez que os que os argumentos expostos não dependem da qualidade do requerente. c) A cobrança de taxas pela emissão de documentos é tipificada na lei e consta do regulamento da câmara municipal pelo que teria que vir aí expressamente prevista. Obviamente, como pressupomos que essa cópia seja facultada em cumprimento de ordem judicial, não haverá lugar à cobrança de qualquer taxa. d) Como salientámos não sendo essas cópias das gravações das sessões documentos administrativos não existe qualquer período mínimo de conservação.

Caso conste do regimento da assembleia municipal a possibilidade de gravação das sessões da assembleia municipal há que verificar aquilo que sobre essa matéria se encontra aí regulamentado”.

O deputado António Dinis pediu a palavra e interveio:

“Boa tarde a todos. Senhor presidente da assembleia, restante mesa, senhor presidente da câmara, membros da assembleia municipal, comunicação social, senhores vereadores, público.

A questão é muito simples, não tem a ver com questões jurídicas, tem a ver com o facto de na ultima assembleia e na anterior, haver alguma discordância, da minha parte, em relação ao conteúdo da ata relativamente aquilo que foi aqui descrito e apresentado publicamente. A questão não é do ponto de vista jurídico, não vou entrar por aí. Se a mesa entende que não deve facultar, respeito obviamente. Respeito o parecer, embora haja pareceres contrários. A CCDR não é a entidade competente neste domínio para poder emitir este parecer. Mas respeito essa opinião, não vou contestar. Quando votei em abstenção as atas em assembleias anteriores fi-lo com a argumentação de que aquilo não retratava o que se tinha realmente passado. Essa é que é a questão de fundo. Daqui a pouco vamos falar de alguns assuntos e eu irei falar, por exemplo, em relação à questão do Tourigo, já vão ver o que se passou não está lá retratado, na ata. Isso é o que me preocupa. Não vou para Tribunal com ninguém, toda a gente sabe como os tribunais funcionam, andam para a frente, andam para trás, as coisas não são como nós gostaríamos que fossem na celeridade da justiça. Por isso a questão que se coloca é



tentar que as atas reflitam todo o que aí se passou, essa é que é a questão crítica, a verdade, e depois a descoberta da verdade. Não sei se enquanto membro desta assembleia, e deixo aqui a questão, por autonomia fazer uma gravação. Não é uma questão jurídica, é fazer “bater a bota com a perdigota”. Hoje, não sei se repararam, mas votei favoravelmente, embora, vou já explicar que a ata não reflete aquilo que se passou na assembleia. Esta é a questão de fundo. Agradeço a explicação e percebi a sua preocupação e quero agradecer-lhe essa diligência que teve para comigo. Não é uma questão jurídica, obviamente que teria o acesso à comissão de acesso aos dados administrativos, mas não vou por aí. A questão é mais do ponto de vista formal”.

Foi de, seguida, a vez do deputado Jorge Henriques que continuou: os trabalhos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores secretários, restante mesa, senhores vereadores, senhor membros desta casa, público.

Naturalmente e, também de acordo com o volte de face do amigo Eng.º António Dinis, a nossa posição seria votar contra essa pretensão, porque dado o enquadramento jurídico que, aqui nos foi apresentado e muito bem, pelo senhor presidente da assembleia municipal, mas também, meu caro amigo, lembraste que o espírito que esteve presente, aquando da elaboração do regimento que disciplina o funcionamento desta assembleia, designadamente o artigo 21º, aquilo que se preconizou na altura quanto à gravação foi que esta fosse um instrumento, como auxiliar, no sentido da elaboração das atas. Se elas não retratam aquilo que de alguma forma aqui vem sendo transmitido, se achas isso efetivamente, muito sinceramente, terás sempre uma solução: votas contra a ata e apresentas uma declaração de voto. “

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

“Senhor presidente da mesa, senhores deputados, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores.

A minha posição é a seguinte: eu entendo que estamos aqui a perder tempo com isto, as coisas estão implícitas naquilo que é o funcionamento de uma assembleia numa democracia. Certamente, que compreendi qual era a intenção do Dinis. Certamente que não tem sequencia jurídica, é apenas para consulta. Penso que é um instrumento que



depende de todos nós e não há perigo nenhum, nem tenho medo, que isso seja tornado público. A sessão é pública. Assistimos sempre que quisermos a um debate na assembleia da república na televisão em direto e até podemos gravar e utilizar politicamente o que se lá diz. Não vejo, porque é que a assembleia municipal ou um membro não pode fazer esse requerimento para que seja fornecido esses elementos. Mais, nem se põe aqui em causa quanto é que isso custa. Acho que a mesa está aqui a fazer uma confusão, desde início, já o disse aqui na última ou penúltima assembleia a propósito do que é um requerimento. Uma coisa é um requerimento feito na altura da assembleia, que é de funcionamento da assembleia, para fazer uma votação, para fazer uma diligência dentro da própria assembleia, em que a mesa aceita e põe à votação da assembleia ou que a mesa não aceita e pode recorrer à assembleia a aceitação ou não do requerimento para ser efetivamente votado. Agora quando se trata de um requerimento que está implícito no próprio regimento, na lei, que um membro pode fazer através da mesa para fazer perguntas, por exemplo, à câmara, isso nunca pode ser objeto de uma votação, porque isso é um direito. Os meus direitos não são para serem votados, nem de nenhum de nós, não são para ser referendados. Aconteceu, há uns tempos, com os meus requerimentos, por causa das Águas do Planalto. Foi à votação e até aprovaram, houve até quem desse a entender que fizeram um favor para ser aprovado. Fosse aprovado ou não teriam que me dar esses elementos. Não vamos perder tempo com isto. A mesa que tome nota de uma vez por todas, já agora sugiro à mesa que se tem dúvidas procure informação num gabinete jurídico, sobre o que é um requerimento feito por um membro desta assembleia, o que é para ser ou não votado. Quanto à questão do membro António Dinis não vejo inconveniente em ceder a gravação, certamente que vai utiliza-la para verificar e para tirar dúvidas que tem e que muitas vezes também tenho. Hoje ele está a pedir, amanhã posso ser eu. Muito obrigada.”

O deputado Felisberto Figueiredo continuou os trabalhos:

“Boa tarde a todos.

Relativamente a esta questão, julgo que é muito simples resolvê-la, qualquer membro da assembleia pode, e julgo que terá direito, de solicitar a audição da gravação, que é um instrumento de apoio à realização das atas. O membro tem dúvidas relativamente ao que está na ata comparando ao que foi dito. Pede à mesa, combinam a



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 30-06-2014

hora, ouvem a gravação e julgo que nada o impede de o fazer. Quanto ao requerimento que se pode fazer, a nível de direito cívico de cada um, discordo com o que diz o Joaquim Santos, porque pode de alguma forma pretender fazer da mesa da assembleia caixa do correio, que não tem que o ser. Aquilo a que tenho direito de obter informação da assembleia deverá ser dirigido à mesa, e a assembleia pronuncia-se. Daquilo que tenho direito individualmente de receber informação, como membro da assembleia e até como cidadão, devo dirigir à câmara. Não tenho que fazer da mesa caixa do correio daquilo a que tenho direito como cidadão. Caso me seja recusado posso recorrer aos tribunais para obter esse direito. Relativamente a esta questão da gravação, temos tido inclusivamente a presença da comunicação social que tem legitimidade para gravar e usar para informação. Já não vejo a mesma legitimidade, que a comunicação social tem um código deontológico como jornalista a que deve responder, já não vejo que qualquer cidadão a título pessoal chegue aqui e grave. Nas funções que exerci como presidente da assembleia de freguesia em Canas de Santa Maria tive um membro da assembleia que pretendia gravar as assembleias e eu disse-lhe “o senhor pode gravar para si, mas fá-lo contra a autorização desta assembleia, a assembleia não autorizava gravar e se algum dia for utilizar publicamente para qualquer fim essa gravação, fá-lo com ilegitimidade e será colocado nos tribunais por isso”

O deputado Sérgio Rodrigues, na qualidade de secretário da mesa da assembleia interveio:

“Queria, aqui, deixar apenas algumas notas, na qualidade de pessoa que mais trabalha com as atas, com a colaboração da Assistente Isabel Estrela. As atas, depois de serem reduzidas da parte oral à parte escrita pela Isabel, normalmente nós damos-lhe a forma final que elas apresentam. Quero realçar aqui que, fazer este tipo de trabalho com a isenção e com a necessária compreensão e interpretação é um trabalho deveras complicado. Sobretudo porque entendemos que não devemos sintetizar as intervenções dos presentes nas assembleias, mas sim, deixar o máximo do testemunho dessas intervenções no sentido de uma boa intervenção de cada um. Para quem nunca tenha passado por isto, quero dar nota que, muitas vezes, aparece que aquilo que parecia estar muito bem aquando da intervenção oral, passa a não ter nexos quando ouvimos a gravação. Isso leva-me a procurar interpretar a ideia do interveniente no sentido de ser



Cleod
R
S

deixado um testemunho correto e dentro daquilo que pensámos ouvir. Tenho de deixar esta nota, aqui. É bom que se apercebam, que não fomos nós que fizemos o regimento, nomeadamente em relação à questão dos requerimentos. Foi um grupo escolhido pela assembleia. Penso que deveriam ter lá colocado, requerimentos de primeira, requerimentos de segunda e de terceira e nós daríamos o devido andamento a isso. Há que ter em conta uma outra questão: desde que começámos a gravar as sessões o que ficou implícito e explícito, ainda com o anterior secretário, foi que isso seria sempre para apoio do secretariado e nunca seria cedido para audição. Não vejo qualquer problema em que seja aberto o acesso à gravação.

No artigo 30 do regimento diz assim no ponto 1: “De cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado...”. Para fazer resumos, ainda tenho alguma qualidade, penso eu, e procuro mesmo resumir aquilo que a pessoa disse, apesar das muitas dificuldades na construção de muitas ideias. Decidi em conjunto com a colaboradora Isabel, na altura, passarmos a fazer destas intervenções, documentos para o futuro e tentamos passar isso àquelas atas enormes que aqui têm. Jamais, nos passaria pela cabeça, por ou tirar vírgulas nas intervenções que fizeram.

A assembleia deve decidir se deve ou não facultar as gravações. Na minha opinião acho que se pode facultar a audição das próprias intervenções de cada interveniente, mas não para poderem ouvir a dos outros membros, com presença de secretário.”

Passada a palavra, o deputado Felisberto Figueiredo voltou ao debate:

“ Só para dizer que discordo da afirmação do senhor secretário quando diz que só reproduzirá a gravação do pretendente. Julgo que isso é um rigorismo contra o espírito do trabalho da assembleia. Posso perfeitamente ouvir a declaração de qualquer membro da assembleia, porque posso ter dúvidas sobre a opinião manifestada e transcrita na ata e por isso querer conferir de alguma forma se estou equivocado ou não. Agora se for uma pessoa estranha à assembleia, julgo que já não tem esse direito. Deixo à consideração da assembleia esse pormenor.”

O presidente da assembleia tomou da palavra:



Cláudio *R*
SP

“ O presidente da assembleia não costuma intervir, mas tenho que o fazer porque ouvi, aqui, duas situações com que não concordo e portanto tenho de me manifestar. Primeiro se o deputado Dinis pedisse para ouvir gravações, pacifico, para ele ou qualquer membro desta assembleia, por uma questão de respeito. O problema é que foram pedidas as cópias e a mesa entendeu que o assunto é delicado. Podia de uma maneira, arrogante, pelo artigo 15º que diz: “Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento” e a mesa dizia sim ou não. Mas pelo respeito que tenho por todos vocês e, senhor Joaquim Santos, não foi preciso fazer nenhum requerimento, foi um simples email, tratamos dele como qualquer outra situação, não fomos ao formalismo do requerimento. Por outro lado afirmou: “estamos aqui a perder tempo”. Desculpe essa é a sua opinião, o presidente da assembleia sou eu e a mesa está comigo, quem decide se estamos a perder ou ganhar tempo sou eu, portanto remeto para trás esse tipo de leitura. Mais, se entretanto, quando respondi ao senhor deputado Dinis já fosse conhecedor do parecer da CCRDC, ele é que fala em situações penais, nenhum de nós o fez, digo claramente que teria respondido ao senhor deputado Dinis não autorizo as cópias das gravações. Como escrevi ao senhor deputado Dinis que achava o assunto delicado e seria discutido na assembleia, porque está lá a intervenção de cada um de vós. Ninguém falou em votar. Para mim o assunto está decidido até pela postura que o senhor deputado Dinis teve, que aceitou a situação, por isso se me permitem vamos avançar na ordem dos trabalhos. Desculpe, senhor deputado Joaquim Santos, eu é que decido se estamos a ganhar ou perder tempo”.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou-se o ponto com a intervenção do deputado José dos Prazeres, da bancada da CDU:

“Boa tarde à mesa e a todos os presentes. Aqui fala-se de muitas coisas e está na ordem do dia a crise do país e o fecho das escolas. Quero dar o meu parecer sobre a crise, que a divido em três partes: a política, e económica e a da fome. Passa-nos um bocado ao lado a crise da fome. Dos milhões que morrem à fome e que aumentou cerca



de 20%, de há dois anos para cá, depois que o mundo entrou em crise. Apesar de todas as máquinas que temos, está a tornar-se pior do que no tempo da escravatura. No tempo da escravatura, o capital tinha que alimentar as pessoas como um animal, porque tinha que por a trabalhar. Hoje o capital não necessita das pessoas e a fome está a aumentar.

A crise política é muito vasta, é de tal ordem que conseguimos bater palmas a um defunto e o ser humano é espezinhado. A crise política considero-a, nesta mesma assembleia, fazerem-se elogios a certas pessoas. Ainda há pouco tempo houve elogios aos nossos governantes, no meu parecer analisando aquilo que fazem. Ainda há pouco tempo saiu nos meios de comunicação que veio uma verba de um país pobre, de Timor, de mil e duzentos milhões de euros para dar às aldeias serranas, sensibilizados pela miséria por que as pessoas passaram, não tendo essa verba chegado à Serra. Essa gente é elogiada, mas depois há pareceres. Sempre me disseram, desde miúdo, que quando alguém fica com o dinheiro de outro, tem um nome próprio, são ladrões. Poderia citar muitos elogios que se têm feito ao sistema e à crise política. Acho que é crise política até por isso. Está na forja, ou está aprovado uma lei de que todo o pequeno agricultor tem ser coletado, mesmo que não tenha dinheiro para isso. Aqui em Tondela fazem-se umas feirazinhas com determinados bens que crescem da sua produção. Essa gente não pode vender, se não estiver coletada, porque há uma lei que proíbe a venda de um bem se não estiver coletado e isto é mau.

Na parte económica, também dava muito que falar. Quando ouço economistas que acham que é complicada a economia. A economia é fácil de ver, e se quisessem resolviam-na. Temos o consumir e o produzir. Entre estes dois conceitos, tentem tirar os habilidosos que estão no meio. Está na base das escolas que fecham. Há muito para dizer, mas ficará para uma próxima intervenção.”

O deputado informou a mesa que teria de se ausentar por motivos profissionais.

De seguida, interveio a bancada do PSD, com o deputado Jorge Henriques. (anexos 1 e 2).

Continuou a deputada Vera Machado. (Anexo 3)

Foi, depois, passada a palavra à deputada Marina Leitão:

Cláudia R



Cláudia P
P

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, restantes membros da mesa, caros colegas de assembleia. Boa tarde.

Venho aqui falar sobre afinal quem está do lado dos portugueses e da vontade de vencer neste país e quem quer um retrocesso ao passado. Tudo aquilo que nos levou a quando estávamos á beira da bancarrota. Para minha surpresa e penso que para grande parte dos portugueses, saindo nós da tutela da Troika, que era um objetivo que todos queriam, vem o Partido Comunista propor uma moção de censura. Pergunto-me se efetivamente era compreensível para o povo português que tendo estado a aclamar, e bem, que estávamos a ser tutelados, perdido a nossa independência agora quem ao longo dos anos tinha instituído legislação, formas de estar na vida, gastos acima daquilo que podíamos e que provocou tudo aquilo, vem agora com uma moção de censura. Há pouco, o senhor José disse que algumas vezes, e ainda bem, o PSD enaltecia a ação do primeiro-ministro. Se não fosse a ação deste governo, provavelmente, hoje estaríamos mais pobres, com mais impostos, com menos empregos e a lamentarmo-nos muito mais, porque estaríamos com várias tutelas em cima. Lamento que se tenha associado outros partidos a esta votação. Mas dentro do partido principal da oposição, o Partido Socialista, quero aqui, também ressaltar a do deputado Assis que saiu da sala para não votar. Ainda há gente que é coerente. Obrigada.”

De seguida, foi a vez do deputado Felisberto Figueiredo intervir:

“Boa tarde.

Foi-me pedido, e a todos nós, para ultrapassarmos a crise, como o senhor José Prazeres referiu. Senti-a no bolso. Disse que daria com gosto se soubesse que efetivamente a situação fosse melhorar. Já cá vim várias vezes elogiar a evolução da situação económica. Hoje, venho aqui mais uma vez, já que os indicadores e as notícias que ouvi dão uma evolução positiva do deficit orçamental da administração pública. Deixámos a tutela e dispensámos o último cheque que tínhamos comprometido a receber. Acho que assim é bom. Claro que não vou dar de barato toda esta evolução positiva, na medida que as coisas se comecem a sentir de novo para que possam devolver-me o montante que está a ser retirado. Quando isso acontecer, ficarei mais contente.



Clarel R
J

Com isto, venho responder ao senhor José dos Prazeres. Concordo consigo, que aqueles que ficam com o dinheiro dos outros são ladrões. Mas temos de ver que os ladrões não estão só de um lado. Muitas da vezes assisti, no tempo do PREC, também a apropriar-se daquilo que era dos outros e nunca ninguém os chamou de ladrões, achavam que o andavam a fazer era necessário. Sendo coerentes e com valores, temos de respeitar aquilo que é dos outros e sobretudo quando nos pedirem para partilhar, partilhamos e não nos deixamos que nos tirem.

Relativamente as escolas, o problema maior é a crise demográfica. Não podemos manter escolas abertas, quando não há crianças. Quando temos no país uma política que em vez de incentivar a natalidade e a família favorecem outros formatos de família. Chamam de casamento à união de facto, incentivam mais o aborto do que a própria procriação. A nossa verdadeira crise, é uma crise demográfica. Enquanto não tentarmos sair da crise demográfica, não conseguiremos sair da situação de crise.

Como somos de um partido democrático, permito-me discordar da Vera, sou nitidamente favorável à extinção do Tribunal Constitucional, porque considere-o um tribunal partidário. Se os juízes são escolhidos pelos partidos e logico que tem de fazer o frete a quem os elege. Defendo que os tribunais devem ser independentes e só o podem ser se forem juízes de carreira, que têm a sua deontologia definida. Sou da opinião que o Supremo Tribunal deveria ter uma secção dedicada à constituição, onde se resolviam as questões.”

Passada a palavra ao deputado Abílio dos Santos, este interveio com o voto de pesar ao senhor Fernando do Amaral. (anexo 4)

Continuou os trabalhos, o deputado João Carlos Figueiredo. (anexo 5)

Seguiu-se o deputado José Manuel Mendes que tomou da palavra:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, companheiros.

Tenho estado a assistir a boas intervenções. Falou-se de crise, falou-se de situações económicas e financeiras. Venho falar de assuntos do concelho, que são estes que me preocupam, para os problemas nacionais temos a assembleia da república.



Clavel R
E

No passado dia 6 de junho, o Clube Desportivo de Tondela festejou os seus 78 anos. Quero referir aqui a data e os feitos desta coletividade. Para além disso, quero deixar uma palavra de reconhecimento pela subida de escalão das camadas jovens. Quero, também, aqui, prestar homenagem pela boa época desportiva que o Sporting Clube de Nandufe teve.

Tondela tem associações de que nos devemos orgulhar, que são os Bombeiros Voluntários de Tondela. Como é do vosso reconhecimento, num passado recente, dois dos seus elementos foram distinguidos pela sua coragem, com o prémio do Correio da Manhã. Quero Referencia-los. Parabéns pelo auxílio que prestam às populações. Muito obrigada.”

Continuaram os trabalhos, com as intervenções da bancada do Partido Socialista, iniciando o deputado Jorge Manuel Marques com u voto de pesar por Fernando Amaral. (anexo 6).

De seguida, foi a vez da deputada Marta Franco que agradeceu ao deputado João Carlos Figueiredo pela análise política feita relativamente às divergências internas do Partido Socialista e lembrando as divergências internas de que tem sido alvo o PSD. Continuou lendo uma intervenção da deputada Catarina Homem, que por razões profissionais não estava presente nesta sessão. (anexo 7).

O deputado Joaquim Santos interveio, seguidamente. (anexo 8). Continuou com a moção aprovada pela assembleia de freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas, no âmbito do fecho da escola de Vilar de Besteiros, (anexo 9). Finalizou a sua intervenção com a leitura da moção aprovada na assembleia intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, de abril, no âmbito das águas, (anexo 10).

Os trabalhos continuaram, com a bancada do CDS, intervindo o deputado António Dinis. (anexo 11). De seguida, referiu:

“ Porque sou o ultimo a intervir, há uma referência que não posso deixar de fazer, que tem a ver com o Tribunal Constitucional. O PSD ataca, sucessivamente o Tribunal Constitucional, o CDS tem sido muito resguardado. Quer queiramos, quer não, os juízes que o compõe foram indicados pelos três partidos do arco do governo e



curiosamente a maioria até são dos nossos. Respeito a opinião do Dr. Felisberto, mantém com coerência o que disse, percebo perfeitamente. O CDS não tem ido por esse caminho, porque em bom rigor, ou acreditamos neste sistema que está substanciado nesses órgãos que deveriam funcionar no garante da democracia, ou não acreditamos. Agora a outra opinião de se dizer que esses indivíduos estão a fazer um frete partidário, quando fomos nós que os indicamos, a mim custa-me um bocadinho dizer mal daqueles que nós indicamos. O CDS tem feito uma separação clara dessa posição e quero reiterar aquilo que pensamos e que de alguma forma temos vindo a defender.

Finalmente, uma referência ao Clube Desportivo de Tondela e aos escalões de formação. Acho que tem sido feito um trabalho notável e deveríamos associar-nos ao êxito desportivo e dos escalões de formação que tem feito muito, para levar o nome de Tondela longe, nas várias competições. Cinco dos atletas juniores subiram, eventualmente, ao escalão sénior. É uma aposta na formação. E queria, aqui, em nome do CDS-PP regozijar e felicitar por essa vitória. Muito obrigada.”

O deputado Jorge Henriques continuou:

“Senhor presidente E começando pelo fim. O senhor presidente da câmara não necessita, obviamente, de advogados de defesa e muito menos dos meus serviços enquanto profissional. Não me parece, meu caro amigo Eng.º António Dinis, na última assembleia que tenha havido qualquer atropelo à democracia. Penso que as pessoas das Pousadas e do Tourigo, que vejo ali novamente, manifestaram-se, expuseram o que tinham de expor, não há obrigação, nem regimental, nem sequer política do senhor presidente em responder. Penso que vieram manifestar a sua posição, como qualquer um. Inclusivamente, muito me surpreende, tanto descontentamento em relação à ata, que o senhor acaba de votar favoravelmente. Não entendo. Se a ata contínua com lapsos e com omissões, porque é que votou favoravelmente? Acho que o senhor continua com um exercício de caça as bruxas. Nem sempre, obviamente, concordo com tudo aquilo que o senhor presidente decide, afirma. Teremos muitas opiniões diversas em várias matérias. Penso que com o tempo, essa ansia vai acalmar e chegará o tempo da razoabilidade das suas intervenções.



Cláudio R
J.

Meu caro Joaquim Santos, fico preocupado quando diz “roubaram-nos a comarca”. O tribunal de Tondela vai continuar aberto. Isto de vir aqui demagogicamente dizer que nos roubaram a comarca, é forte. O senhor tem de ler a lei, o senhor tem de ver o que é que preconiza a reforma do sistema judicial. O tribunal de Tondela vai continuar aberto, vai ser de pequena e média instância civil e criminal, continuarão a existir processos julgados. As populações continuarão a vir ao tribunal de Tondela. Agora, vir, aqui, dizer que roubaram o tribunal, é falso, é pura demagogia. Depois, gostava que me esclarecesse, qual foi essa dimensão, essa vitória do Partido Socialista nas eleições europeias, está-se mesmo a ver a guerra interna que o senhor tem aí.”

O deputado António Dinis pediu a palavra para intervir ao presidente da mesa, que anuiu:

“Só para dizer ao amigo Jorge, que isto não tem nada a ver com ânsias. O que foi dito aqui, foi de muita coerência. Já cá ando há algum tempo, também, na altura houve gente do PSD que ficou muito indignado por não termos respondido. Isto é um órgão que representa civicamente as populações. Devem ser ouvidas e devem ser respostas daqueles que elegemos. Não me passa que haja um período aberto ao público, que as pessoas mandem uns bitaites para o ar, mandem para cá o documento, que a gente lê em casa, é disto que se trata. O mínimo de coerência, por respeito pelas pessoas. Nós estamos cá por eles, não se esqueçam disso. Se falam, devem ter o direito de resposta. Pela primeira vez, não me lembro disto, se calhar ando distraído ou o senhor deputado. Já cá ando há tanto tempo e não me lembro de uma situação dessas. Acho que foi isso que aqui referi, nada mais. Não é ansia disto ou daquilo. O deputado Jorge faz isso muitas vezes, não tenho cá vindo defender-me. Deve ter cuidado e não deve voltar a fazer esse tipo de intervenções. “

Passada a palavra, o deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

“Senhor deputado, a questão do tribunal, deve saber melhor que eu, não tem nada a ver com a lei, tem a ver com os processos que transitam daqui para Viseu. Neste momento, 80% dos processos vão para Viseu, são as informações que tenho, agora se o senhor tem outras... Não sei se os advogados ganham ao quilómetro ou não, é uma questão que não tenho nada a ver com isso, nem é política. O que é certo, é que a



comarca de Tondela foi extinta, isto pouco mais é do que um julgado de paz. Esta é a minha opinião. Agora se o senhor tem essa opinião, agite essa bandeira, com “ganhamos um tribunal novo em Viseu, com mais competências”.

Quanto ao que se passa no meu partido, ó senhor deputado, tenho a coragem de dizer, aqui, que lamento o que se passa no meu partido. Quanto à dimensão da vitória, há quem diga que por um se ganha por um se perde. Um partido que teve, nas últimas eleições europeias, 23 ou 24% e agora passou para 31%, acho que é uma vitória, apesar do número de deputados europeus serem menos, aumentou o número de deputados, ganhou a uma coligação composta por dois partidos que estão no governo, portanto foi uma vitória, certamente que não foi tão esmagadora quanto aquela que quis fazer parecer o nosso secretário-geral, concordo consigo, mas foi uma vitória. O mais importante que isso, é perguntar-nos porque é que não houve mais votos? Aconteceu um facto que nem as sondagens o previam, por exemplo o Partido da Terra, nas vésperas das eleições tinha 3% e depois teve praticamente 8%, isto é uma realidade que não toca só ao Partido Socialista, toca a todos e deve fazer pensar todos os Partidos, para serem com certeza mais honestos para com o eleitorado. Obviamente, que pode ser uma lufada de ar quente, como já aconteceu anteriormente com o PRD ou a outros. Para concluir, foi uma vitória e a maior derrota de sempre dos partidos da direita. Muito obrigada”.

O primeiro secretário da mesa, deputado Sérgio Rodrigues, pediu a palavra e explicitou:

“ Queria deixar aqui um pequeno alerta e um sentir, também para o senhor deputado Dinis. Tive a honra de presidir à última assembleia municipal, no início da assembleia um senhor informou-me que gostaria de intervir no período aberto ao público. Assim o fez. Por acaso, na altura da intervenção, o senhor não estava na sala, fiz um espaço de espera para que entrasse e fizesse a apresentação da sua moção. Cumpri o estabelecido. Não é na mesa que estava a questão, quando muito é dos deputados e demais presentes que não quiseram responder ao senhor que interveio, inclusive o senhor deputado. De qualquer dos modos, aproveito para lhe dizer, que parece que há bastante tempo que anda a pegar com quem faz as atas. Aquilo que fiz,



como secretário, com a intervenção escrita dos senhor do Tourigo, foi coloca-la em anexo à ata, como é normal colocar qualquer uma das outras intervenções escritas.”

O presidente da mesa da assembleia passou de seguida, à votação do voto de congratulação feito a Horácio Gomes Rodrigues, apresentado pelo PSD, sendo este aprovado por unanimidade.

A moção apresentada pelo PSD, sobre a tentativa de se estabelecerem esforços junto do governo, para que não se fechem escolas no concelho, foi de seguida votada, sendo aprovada por maioria com as abstenções dos deputados: Joaquim Santos, Marta Franco, José Manuel Marques e António Sérgio Almeida. Joaquim Santos apresentou a sua declaração de voto. (anexo 12)

Seguidamente, passou-se à votação do voto de pesar pelo falecimento de Fernando Amaral, apresentado pelo PSD, sendo este aprovado por unanimidade.

Continuou-se, com a votação do voto de pesar, apresentado pelo PS, a Fernando Amaral, sendo, também, aprovado por unanimidade.

2. Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da câmara nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro

O presidente da assembleia deu a palavra ao presidente da câmara para a sua intervenção:

“Boa tarde a todos. Senhor presidente da mesa, digníssima mesa, senhores membros da assembleia municipal, público presente e comunicação social. A todos saúdo.

Naturalmente, que procurei estar atento e ouvir todas as intervenções, procurando ter, aqui, algum contributo com as questões que foram colocadas antes de entrar propriamente na apreciação das atividades do executivo.



Cláudia
8

À questão aqui colocada pelo senhor José dos Prazeres sobre os vários tipos de ataques e as crises que vão surgindo. Penso que são de natureza mais ideológica do que da esfera da atuação política. Não me vou alongar, mas gostaria de me referir à União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho. A questão colocada a esta assembleia tem um enquadramento que passo a referir. Como é sabido o novo regime jurídico de arborizações e rearborizações define claramente aquilo que, já por várias vezes, aqui dissemos nesta assembleia. Em áreas ardidas, independentemente da área ardida, nos dez anos e durante os dez anos seguintes a uma situação de catástrofe como ocorreu, qualquer operação que venha a ocorrer de rearborização implica autorização prévia a conceder pelo Instituto da Conservação da Natureza e Floresta. É o que está definido. O município está impedido, por força da lei, a decisão de tal facto. A instrução do pedido é feita junto do ICNF, o município é ouvido, a posteriori, não vinculativamente, sobre este processo e cabe ao ICNF a operação de licenciamento da autorização para plantação. Que fique claro da não possibilidade de qualquer regime excecional. O objetivo é que haja um planeamento e ordenamento na política de florestação. Não tem sido descurado o empenho do serviço técnico florestal em fazer um conjunto de ações de sensibilização nas freguesias, explicando estas questões. Para que o pequeno proprietário que pretenda efetuar uma ação de reflorestação, cujo projeto seria oneroso, os serviços do município estão disponíveis para o auxiliar na elaboração do mesmo, para que o possa submeter sem custos junto do ICNF. Não é só dizer está aqui um conjunto de leis, deve dizer-se, também, que estão aqui um conjunto de oportunidades de apoio, para que não seja por falta dele que não é feita a devida instrução do processo.

Gostaria de fazer duas ou três referências a um conjunto de considerações que têm a ver com o fecho de escolas, mas também com algumas reformas que foram aqui referenciadas. Sobre a questão do Tribunal Constitucional, acho que não é a minha preocupação estar aqui a discutir a constitucionalidade dessa questão. Há uma coisa, sim, que me parece importante: esta decisão no tempo em que foi tomada, sem que estivesse fechada a última avaliação da Troika e que obrigaria a um de dois caminhos, e que seria a obtenção da última tranche, implicaria obrigatoriamente um processo de renegociação com a equipa da Troika, porque estava no âmbito das medidas acordadas. Isto já questiono: a oportunidade do momento. Quem esperou quatro meses para tomar



uma decisão, a bem do interesse nacional, não se justificaria esperar dezasseis ou dezassete dias, independentemente da fundamentação menos ou mais dogmática? Não deixo de registar um ato de coragem o facto do governo português ter prescindido da última prestação, não que o dinheiro não fizesse falta, mas porque isto implicaria abrir de novo um processo negocial e ficar por mais tempo refém de um acordo.

Todos nos queixamos sobre o modelo como são feitos os cortes e queremos sempre chamar a atenção sobre o acordo com o governo português e a Troika, onde está claramente definido o princípio de um terço de corte do lado da receita, isto é menos impostos, e dois terços do lado da despesa. O objetivo que estava por detrás era garantir que não tivéssemos uma máquina fiscal pesada por ser atrofiadora do desenvolvimento económico e se pudesse, de alguma forma, olhar mais para o setor da despesa. Alguns dirão: “na despesa foi feito todo o corte, todo o ajustamento que era esperado? Ainda andam umas gorduras localizadas que poderiam ser dispensadas? Seguramente que sim. Agora, há uma coisa que me parece óbvia: não é possível ter um corte significativo do lado da despesa, sem haver uma alteração estrutural do modelo de financiamento que tenha por trás o princípio de justiça social; e esse princípio deve assentar num princípio de maior contributo para quem tem mais rendimentos. Dir-me-ão: “mas é injusto, quando fiz os meus descontos era na expectativa de ter na minha reforma um modelo de proteção proporcional àquilo que descontei”. Direi, sim proporcional. Mas pergunto, também, se aqueles que hoje estão a descontar se não tem a mesma legitimidade em pensarem que daqui uns anos, quando se reformarem, de poderem ter os mesmos acessos às mesmas proteções e reformas. Ora, a matemática, ensina-nos que não é possível multiplicar aquilo que não existe, quer isto dizer, que nestas circunstâncias se quem hoje tem maior possibilidade por ter mais recursos não poderá fazer um esforço maior, não por uma questão de egoísmo, mas para garantir que no futuro aqueles que hoje estão a descontar também tenham acesso a alguma reforma. Se isto não acontecer, aí sim, acho que estão em causa os princípios de abril. É isto que me incomoda, discutirmos se um corte mais gravoso em quem mais tem é constitucional e nós perguntarmos se a privação de um direito a quem hoje desconta, não é também um ataque constitucional. O País tem de tomar uma decisão sobre isto., sob pena de um dia destes sermos todos confrontados com algo que acho que é incontrolável.

Cláudio R
S



Também não deixo de lembrar que desde 2009, estavam congeladas as pensões mínimas e as pensões de sobrevivência. Acho que é um grande passo na defesa de direitos sociais terem em particular este ano, sido descongeladas.

Tenho procurado fugir de partidarizar, porque entendo que estas funções não podem estar nessas esferas, mas há também a razoabilidade de argumentação. Quando sistematicamente ouvimos falar em ataques, acho que é legítimo que quem faz esse tipo de argumentação comece por dizer: “apesar de o meu partido a 17 de maio de 2011 ter escrito isto e isto, eu na altura levantei uma bandeira a contrariar essa opinião e hoje em coerência estou aqui a dizer o mesmo”.

Sobre a questão da justiça e já na última assembleia aqui ouvi referências, eu diria o seguinte, que passo a ler do memorando de entendimento assinado com a Troika, pelo primeiro-ministro José Sócrates a 17 de maio de 2011: “Gestão dos Tribunais: acelerar a aplicação do novo mapa judiciário, criando trinta e nove comarcas com apoio de gestão adicional para cada unidade, integralmente financiado através das poupanças nas despesas e em ganhos de eficiência” Como sabem o memorando não só tinha medidas como prazos de execução. Esta em particular seria para execução no quarto trimestre de 2012.

Administração fiscal e segurança social: “redução do número de serviços locais em, pelo menos, 20% por ano em 2012 e 2013”. 20% em cada ano são 40%. Quarto trimestre de 2012 e quarto trimestre de 2013.

Só fui a estes pontos, não para fazer contraponto, mas para nos chamarmos todos à razão e para dizer que todos temos direito à nossa indignação, mas temos uma coisa que é coerência política, portanto quem hoje governa, bem ou mal, tem em cima de si este processo que não pode fugir dele. Dir-me-ão, mas o que está aqui em causa é uma transformação ideológica e eu direi: foi precisamente a ideologia amarrada a um conjunto de preconceitos que nos conduziu a uma situação, pela terceira vez, ao nosso país ter de estender a mão à ajuda externa. Julgo que nunca haveria democracia se não houver independência económica. Por isso é que fundamental que se venham a desenvolver medidas que o país precisa para ganhar sustentabilidade social do estado. Não há estado social se não houver dinheiro e é fundamental saber em que condições



temos de ter a sustentabilidade do nosso país, para em função dessas condições garantirmos aquelas que nós desejamos como funções sociais.

Gostaria, também de falar do processo de educação e que varias intervenções aqui trouxeram, hoje. O que está a acontecer neste momento prende-se com várias reuniões e situações, que de forma fria gostaria de vos colocar. A primeira, é que há dez anos que estamos em processo de reorganização da rede escolar. Sempre procuramos fazer negociações de forma cuidada, procurando encontrar as alternativas necessárias com equilíbrio entre a comunidade escolar, os pais, os agrupamentos, e com isto procurou-se gerar um clima de confiança, como penso que deve ser necessário para haver uma reforma neste sector. É verdade que estamos perante uma resolução do Conselho de Ministros, nº 44/2010, em que diz: “estabelecer para efeitos de estabelecimentos de ensino público do 1º ciclo do ensino básico, deve funcionar com pelo menos 21 alunos, devendo desenvolver-se até ao final do ano letivo de 2010/2011 o encerramento dos estabelecimentos que não satisfaçam estes requisitos”. É com base nisto que nos diferentes anos tem ocorrido algumas reuniões procurando estas avaliações. No caso concreto, este ano a 31 de março e depois a 10 de abril, o município de Tondela foi confrontado com duas solicitações da DGESTE, onde era propostas serem fechadas algumas escolas que agora foram referenciadas. Convém, aqui referenciar que no ano passado estava em cima da mesa a possibilidade de ser encerradas as escolas de Parada de Gonta e de Dardavaz. Na altura, tal como desta vez, argumentámos de que ambas as freguesias eram freguesias limítrofes do concelho, apesar de estarem, as escolas, a funcionar em regime de monodocência, os pais estarem bastante satisfeitos com os resultados dos educandos, que a distancia destas escolas à sede do conselho era próxima dos 15km, não existindo uma rede de transportes públicos que facilitasse o transporte dos encarregados de educação às escolas de acolhimento, que as juntas de freguesias respetivas cooperavam com a escola quer nos recursos humanos, para assegurar o apoio às refeições, quer na manutenção da própria escola, que os pais mostravam disponibilidade para um trabalho cooperativo. Estes argumentos foram feitos no ano passado e com bastante esforço as escolas mantiveram-se em funcionamento, não deixando de estar sinalizadas como escolas críticas. Este ano temos, novamente estas duas escolas e dado novo, coloca-se em cima da mesa, escolas da área de Campo de Besteiros poderem drenar para o centro escolar de Campo de Besteiros.



Clay
R

Porque é que este problema surge? Quando construímos o centro escolar de Campo de Besteiros, é verdade que está previsto e definido, gradualmente e gradualmente tem uma expressão, desde que as escolas das diferentes freguesias não tivessem condições para funcionar. Não ter condições para funcionar é em primeiro lugar ter obrigatoriamente menos de 21 alunos e em segundo ter melhores condições de transporte do que aquelas que hoje existem. Gradual é o termo que está aplicado, ora gradual pressupõe que seja quando já não permita o mínimo de possibilidade educativa. O centro escolar, como é do vosso conhecimento, foi construído com dez salas, o que quer dizer que à luz da carga que uma turma pode ter, poderá acolher 250 alunos. Há seis anos atrás era previsível que a população escolar estivesse a decrescer para os indicadores que hoje está? Fecharam primeiro as escolas do Coelhoso, com oito ou nove alunos. Foram dadas as opções aos pais se os queriam deslocar para Castelões ou Campo de Besteiros. A opção foi Campo, muito bem. Num segundo momento, veio a questão de Castelões, que estava com doze ou treze alunos, com um professor e quatro níveis de ensino. O centro escolar acolheu os alunos. Num terceiro momento veio a situação de Muna, foi dada a opção se os pais queriam levar os filhos para Santiago ou Campo de Besteiros, uns optaram por uma solução outros por outra, criamos uma solução de rede de transportes que satisfizesse ambas as opções. Recentemente com Barreiro de Besteiros, houve alunos que foram para o Tourigo, outros foram para Campo de Besteiros e resolveu-se a questão do transporte. Resolver o transporte de sete, oito ou nove alunos não é a mesma coisa de trinta e cinco e as condições são diferentes. Ora foi o que nos levou a contrariar a proposta que nos era posta, tendo argumentado objetivamente que não víamos condições para que estas escolas pudessem fechar. Note-se que naquele momento, era espectável que Caparrosa pudesse ter mais do que vinte e um alunos. Campo de Besteiros aparece como escola a encerrar, mas é apenas um formalismo, pois já se deslocou há três anos para o centro escolar. Hoje os números oficiais são: catorze alunos em Caparrosa com a proveniência de Caparrosa, Caparrosinha, Silvares e Paranho, com cinco alunos no quarto ano e só dois no primeiro ano. No Tourigo estamos com trinta e um alunos, com onze alunos no primeiro ano o que dá uma expectativa de sustentabilidade. Em Santiago de Besteiros estão catorze alunos, o que está em condições idênticas às de Caparrosa, dos quais cinco estão no quarto ano. Em Vilar de Besteiros temos trinta e oito alunos, dos quais quinze vão entrar para o primeiro ano.



Claref
R
SE

Em Dardavaz estão dezassete alunos. Os números que estão aqui são muito claros. Tive o cuidado de reagir no início da semana, perante esta notícia, que nos chegou no dia 23 de junho pelas 19h., com responsabilidade e coerência. Em primeiro, salvaguardar as escolas com mais de vinte e um alunos, porque se não for feito, contraria o princípio estipulado. Em segundo lugar, todas as que estão abaixo desse número têm de ser avaliadas as condições existentes e as alternativas que se proponham se são ou não aceitáveis. Há rede de transportes capaz de transportar esses alunos? A escola de acolhimento tem melhores condições? É uma situação negocial? Tive o cuidado de não entrar em demagogia, mas também não podemos baixar os braços e ignorar que estamos perante um problema. Na semana passada, promovi reuniões com as duas direções dos agrupamentos de escolas do concelho, quarta e quinta-feira terei as reuniões dos conselhos gerais e estão agendadas reuniões com a tutela no sentido de demonstrar a argumentação que aqui desenhei. Neste momento, não posso dizer que nenhuma escola não venha a ter problemas. Mas posso garantir que o município se irá empenhar para tentar conseguir a melhor solução”.

Continuou a sua intervenção. (anexo 13) e de seguida passou à explicitação das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal desde 28 de abril, em diapositivos.

De seguida, foi dada a palavra ao deputado Abílio dos Santos que continuou os trabalhos

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, ilustres membros da mesa, membros da assembleia.

Se me permitem, de forma muito sentida, antes de falar das atividades da câmara, dar os meus parabéns à Marta, como o fiz há dois anos. A Marta representa, para mim, o símbolo da democracia. Consegue expor as suas ideias de uma forma correta, educada e que dá gosto ouvi-la. Assim é que se deve fazer democracia. Defender as nossas ideias sem insultos e sem ataques.

De seguida, concordando com as palavras do nosso presidente, queria dizer que Tondela pode-se considerar uma terra privilegiada em crianças. Temos crianças de muita qualidade em domínios culturais e desportivos e este fenómeno tem aparecido



com cada vez mais intensidade. É bom ver o que fazem nos nossos parques, na escola e em toda a parte por onde passam.

O senhor presidente disse que há muita gente que diz que “são só festas”, ora eu, discordo um pouco, depois do que vi hoje, digo realmente há festas, mas o que aqui vimos demonstra que também tem havido muito trabalho em várias áreas. Todos nós sabemos que com as enormes restrições orçamentais é possível fazer um excelente trabalho como tem feito até agora. Queria relevar algumas atividades de importância: a assinatura dos protocolos com o movimento associativo, no valor aproximado de 850 mil euros. Com estes protocolos a grande maioria das associações pode realizar um grande número de atividades durante o ano. As marchas populares, que de ano para ano têm vindo a melhorar a coreografia. Queria, aqui realçar a nossa Banda Filarmónica que tem vindo de ano para ano a aperfeiçoar o seu trabalho e que teve um trabalho espantoso durante o desfile das marchas populares.

Duas requalificações que me orgulham são, a do CINE TEJÁ e a do antigo quartel dos bombeiros. Realço, igualmente, a requalificação do café “Carmelitana” para um projeto interessantíssimo, Tondela 10+, que espero que irá progredir de forma positiva para aumentar o leque empresarial do nosso concelho.

Por último, a semana gastronómica da Serra do Caramulo, onde, este ano foram apresentados produtos de excelência. “

Seguiu-se a deputada Cristiana Ferreira. (anexo 14)

A deputada Vera Machado continuou com a seguinte intervenção:

“Não podia deixar passar a intervenção do Eng.º Dinis sem lhe dizer que como qualquer cidadão, os habitantes das Pousadas e do Tourigo manifestaram a sua posição na última assembleia municipal. Mas, sobre o último programa eleitoral do PSD, será discutido no próximo plenário da concelhia, para o qual não sei se já foi convocado, ou não, pois ainda não consegui perceber em que lado está. Em algumas matérias está pro-social democrata, noutras está contra. No entanto, como o PSD é um partido plural, senhor deputado pode participar e está convidado para participar na sessão que congrega todos os que despiram e vestiram a camisola do PSD.” (anexo 15)



Seguidamente, tomou da palavra o deputado António Dinis:

“Eu até estou sossegado, não quero meter achas para a fogueira, mas depois obrigam-me a vir aqui responder. A Vera tem de perceber que se eu me demiti do PSD, despi a camisola do PSD, sem dúvida alguma. Despi-a por duas razões: a primeira ideológica, porque um partido, como o PSD, numa questão como a TSU, foi a questão ideológica que foi quebrada. Podes aceitar isso ou outros podem aceitar, eu não aceito. Quando um partido tira do trabalhador para dar ao patrão, isso para mim quebrou uma barreira ideológica. O PSD foi uma fissura de alto a baixo, à qual não me revejo. Mandei o meu pedido de demissão para um militante, um dirigente nacional que admiro, que se chama Rui Rio e que me respondeu com uma lisura e nível, que não estou à espera que compreendas este tipo de situação. Depois, houve uma segunda razão, foi a extinção das freguesias, que vocês sabem disso, disse que a partir do momento em que fossem aprovado sairia do PSD. Fi-lo. Tive uma razão ideológica e outra real. Muita gente diz que é contra, mas depois dizem que tem que ser. Há gente que protesta muito, faz muito barulho, mas resultado zero. Tive uma consequência pessoal, saí, tão simples quanto isso. Não estás habituada, mas escusavas de ouvir isto, apresento aqui a minha solidariedade, porque não é só uma questão política, foste meter o dedo na ferida e vou ler aqui o que diz não o PSD, já que foi buscar o memorando de 2011 do senhor Sócrates, vou buscar um documento mais recente que diz assim: “acordo com a instituição de listas. Considerando na observação da responsabilidade institucional o candidato a presidente da câmara de Tondela, José António de Jesus, será um garante dos objetivos formulados no presente documento”. Oh Vera, está aqui, não fui eu que inventei, não fui eu que assinei, as pessoas o coitado do Sócrates que pagou, já foi votado. As vezes estou a favor, outras estou contra, porque também estou na coligação, fiz campanha pela “Aliança Portugal”. Muitas vezes custa-me, mas nem todas as situações tenho de estar de acordo, porque tenho de vestir a camisola, se calhar tu fazes isso e outras pessoas o fazem, eu não, quando discordo, discordo frontalmente. Já se habituaram comigo assim e continuou a ser assim. Vera escusavas de ouvir isto, o Sérgio também fez uma referência pouco delicada, estou sossegado não quero criar problemas.



O que me traz aqui tem a ver com as escolas, temos um problema em mãos e que exige seriedade, responsabilidade, porque como digo não temos de comer tudo. O que foi dito pelo governo e pelo PSD nacional é que 8% das câmaras foram contra, 20% nada disseram e 70% a favor, são dados oficiais. Sei agora, pelo senhor presidente, que a câmara municipal de Tondela não foi contra. Agora, preocupa-me que isso não seja uma surpresa para todos, o encerramento das escolas, basta ir à carta educativa nas páginas 168 a 171, estava lá isto diagnosticado para 2013. Porque que é que não foi encerrado em 2013, não somos ingénuos, era ano de eleições, vamos ser claros. Mas voltou à carga o que está na carta educativa, surpresa? Eu é que fico surpreso por haver surpresas. Depois, na comunicação social vinham três escolas que o município não aceitava encerrar com mais de vinte e um alunos que eram: Caparrosa, Vilar de Besteiros e Tourigo. Agora, sei que Caparrosa tem catorze, pelo que entendi do senhor presidente, por isso sai do lote das três que não é possível encerrar. Sou é contra esse voto de protesto que faz muito barulho, mas é para nós. As consequências, eu demiti-me do PSD, eu tive consequências daquilo que era a minha divergência, essa é uma diferença grande, oh Vera, mas cada um fala por si. “

Continuou os trabalhos o deputado Joaquim Santos:

“Senhores deputados. Eu queria voltar um pouco atrás para fazer uma pequena referência à intervenção do senhor deputado João Carlos Figueiredo. Fui acusado muitas vezes de usar, aqui, adjetivos menos próprios. Disse, aqui, o que é um bocado grave, que o PS está a salivar com a vontade do poder. Apelidou ou adjetivou militantes do Partido Socialista como “tralha socrática”, esta também é para o senhor Abílio ouvir bem, porque isto são situações graves. Nunca chamei “tralha” a nenhum militante ou simpatizante do vosso partido.

Quanto ao senhor deputado Jorge, só lhe queria dizer que se quer saber o que se vai passar no meu partido faça como eu, aguarde até ao dia 28 de setembro. Apesar de eu também lamentar algumas situações que se estão a passar, isso significa que o Partido Socialista é um partido democrático, em que as pessoas não são expulsas do partido por tomarem posições e tem a liberdade de dizer aquilo que pensam, mal ou bem também estão sujeitos a críticas, como eu já critiquei alguns e eu como também não



corro atrás de nada sinto-me mais livre do que um passarinho para criticar a posição de qualquer uma dessas pessoas.

Quanto á intervenção do senhor presidente da câmara. Referiu-se aos ataques que foram feitos a este governo, apesar da posição do Partido Socialista de 2011. Reforço o que disse o Dinis, vamos continuar daqui uma década a falar do José Sócrates, que diz o senhor que assinou o memorando, onde previa que acabava com trinta e nove comarcas e onde estão as outras que faltam. O seu partido fui muito além da Troika, é aqui onde começa a questão ideológica, que não tem nada haver com a Troika, que é a primeira vez, porque das outras vezes foi o FMI. Senhor presidente convido-o a fazer uma visita à sua memória para ver quais foram as razões que originaram a vinda do FMI em 1978 e 1984 e quem resolveu os problemas. Não foi preciso maltratar e roubar os portugueses da forma como agora estão a ser roubados e enganados para resolver o problema do nosso país. Uma coisa é certa, este governo não resolveu o problema, mas agravou-o. Ninguém me consegue responder à pergunta que já fiz aqui: para onde foram parar 50 mil milhões de euros do nosso deficit, que aumentou em 130%. Onde vão cortar mais? Ainda há gorduras? Não acredito. As gorduras que tanto falavam, não sei onde estavam, ou foram substituídas pelos “boys” e “girls” que houve a mais nos vossos governos e ministérios.

Obviamente, quando falo em questões ideológicas do governo, falo numa ideologia que já não chamo de ultra liberal, porque quando se tenta acabar com a educação pública, com a saúde pública, com a justiça, agora até já querem acabar com o Tribunal constitucional. Não é criar uma secção do Tribunal Constitucional no Supremo Tribunal de Justiça que resolve o problema. Isso significa acabar com o Tribunal Constitucional. Se o governo não conseguiu convencer o Tribunal Constitucional, peçam-lhe responsabilidades. Sabem quem elege a maioria dos membros do Tribunal Constitucional? São nomeados pelo governo. Lá por, alguns, serem nomeados pelo governo, também há pessoas honestas que não são nomeadas pelo governo. O Tribunal Constitucional decidiu e só porque não vos agrada, querem acabar com ele, assim como querem acabar com a Constituição, porque não permite fazer tudo o que querem, logo a maneira mais simples é acabar com ela. Só quem for muito fundamentalista, é que ainda continua a dizer que a vinda da Troika tem a ver com o governo de José Sócrates.



Obviamente, se não houver dinheiro não há Estado Social, mas senhor presidente, que se não houver justiça também não há dinheiro, justiça na cobrança de impostos e é isto que está a acontecer, são sempre os mesmos a pagar a crise, quem nunca a pagou continua a não a pagar. O dinheiro não desapareceu, vejamos as maiores fortunas do nosso país são cada vez maiores. Os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Queria, aqui falar sobre a ETAR da Adiça e no tratamento, de que o senhor presidente falou. Não me oponho a isso, se for mais económico. O que fala a moção que foi aprovada na CIM é a entrega absoluta do tratamento de águas residuais a empresas privadas. Agora se se entender, por uma questão de boa gestão, que aquele caso pontual é mais rentável, não me oponho a isso.

Queria fazer, aqui uma referência positiva, na colocação de um espelho que pedi na última assembleia. Quero dar os parabéns pela imagem da câmara. Acho que está melhor em relação à que estava, desculpem o termo, era uma vergonha, porque já não se coaduna com a modernidade que se estava a viver.

Fazer umas referências muito breves. A primeira, em relações as brigadas municipais. Disse aqui que em alguns casos, já iam na segunda volta e quando chegam ao fim voltam ao início porque está tudo cheio de ervas. Quero só lembrar que na freguesia de Vilar e Mosteiro de Fraguas não foi feita nenhuma intervenção. Queria chamar atenção, porque está a degradar-se o troço que vai desde o Largo do Solar à Pontinha, por isso não se atrase na intervenção daquelas duas vias, tanto na sua limpeza como na manutenção do piso. Muito obrigado”

O deputado Felisberto Figueiredo continuou os trabalhos:

“ Uma intervenção muito rápida. Começo por dar os parabéns à câmara pelo leque de atividades que aqui apresentou, nomeadamente na área do ensino e da educação. Como disse há pouco, o maior problema que temos é uma crise demográfica, sem crianças as escolas terão de fechar. Dou os parabéns por a câmara estar atenta a este problema de fecho das escolas. O importante é garantir que as crianças tenham escolas e nas melhores condições possíveis.



Alves
SR

Relativamente ao Tribunal Constitucional, continuo a insistir que não tem razão de existir. Temos é de ter é tribunais com escalões, até ao Supremo Tribunal de Justiça, onde deveria haver uma secção com juízes constitucionalistas. Sempre aprendi que existem três poderes, deliberativo, executivo e judicial e que devem ser separados. Quando o poder executivo escolhe juízes para um tribunal, não há aqui separação de poderes, há sim entrelaçamento de poderes, que não trás nenhuma vantagem. Mantenho esta posição e julgo que não me conseguem demover.

“Querem acabar com a Constituição”, disseram aí, julgo que é uma tirada sem sentido. Ninguém quer acabar com a Constituição. Antes do 25 de abril tínhamos uma Constituição que acabou e não houve qualquer problema. Depois fez-se uma nova Constituição. Quando esta Constituição acabar, ninguém quer viver sem Constituição, terá que existir uma nova, com debate democrático e com as suas regras”

O deputado Jorge Henriques interveio, de seguida:

“Serei muito breve. Numa primeira análise, saudando o senhor presidente da câmara. Tanto movimento, tanto dinamismo, naturalmente só poderia culminar numa região de bem-estar, que é o concelho de Tondela. A imagem é feliz, penso que estou de acordo com isso.

Dinis, prometo que termino por aqui, sabes tão bem como eu que politicamente vieste aqui, fundamentar a tua saída do PSD, sabes tão bem como eu e sabes que eu que sei, que os motivos não foram esses e ficamos por aqui.”

De seguida, o presidente da mesa cedeu a palavra ao presidente da câmara municipal para este intervir:

“Muito obrigado, senhor presidente.

Há um conjunto de questões que me permitam referenciar. Desde logo, ao senhor Abílio, à Cristiana e à Vera registar e sublinhar o apreço e consideração das vossas intervenções. Há uma estratégia acima de tudo que parece ser determinante: para existir qualidade de vida é imprescindível temos indicadores de desenvolvimento. Essa é que é a nossa grande meta.



Questões da educação: às vezes não sei se nos dá jeito não perceber ou se algum populismo nos ajuda a não querer perceber. Tive o cuidado de dizer, citando determinadas passagens do documento que o município remeteu à DGESTE dizendo: “neste quadro e tendo presente as fundamentações expressas não se afigura possível o encerramento destas escolas”, se isto não é equivalente a dizer que o município está nas 70% das câmaras que concordaram com o fecho, peço desculpa, mas sei não explicar-me melhor. É uma questão de português e de perceção. O que está na carta educativa e que tive o cuidado de o explicitar, quem desenha uma carta educativa, por curiosidade aprovada por unanimidade na câmara e na assembleia municipal, tem que apresentar uma estratégia da rede escolar para o território para os anos seguintes e não pode deixar, em momento, algum dizer que esta escola ou aquela outra se um dia fechar não há solução para os alunos. Tem que ter uma sequência. O que tive o cuidado de dizer foi que quer na construção do centro escolar de Campo de Besteiros, quer na carta educativa está previsto um modelo de evolução gradual, isto é, quando o número de alunos foi de tal forma diminuto que já não permita que aquela escola satisfaça os requisitos mínimos, que é, se possível ter mais do que um professor ou o número já é tão insignificante que não permite o funcionamento normal, ou pedagogicamente falando, da escola, então há uma solução para onde levar os alunos, é isto que está lá definido. Quando se assumiu que, abaixo de vinte e um alunos é a barreira considerada crítica em que não há aceitação de funcionamento, tive também o cuidado de dizer, na intervenção que fiz, que abaixo desse número tem de se discutir, procurando avaliar todas as implicações e se isso é possível fechar ou não. Foi isto que eu disse. Portanto tentar colar discurso diferente daquilo que eu digo, há uma coisa que penso fazer por muito tempo que é pensar e agir em função da convicção que tenho.

Caparrosa em determinada altura estimava-se que tivesse de vinte e um alunos, porque estava em causa o fecho de algumas escolas, não do concelho de Tondela, nomeadamente Boa Aldeia e Fornelo do Monte, e isso poderia levar um movimento drenante para Caparrosa; há conta disso procurou-se tentar avistar algumas soluções vantajosas. Obviamente não é o presidente da câmara que vai conseguir ir a outro concelho vizinho promover uma ação de captação de alunos, esperamos é que os pais dessas freguesias percebam que tem melhores condições numa freguesia vizinha ainda que noutra concelho devam ter, também, este processo em curso. Exemplo disso está a



acontecer em Varziela, na medida que tem uma escola em São João do Monte a 2km e a alternativa está a mais distante. Que fique claro, a posição do município é: ponto um, acima de vinte e um alunos não se enquadra na nossa filosofia do modelo de reorganização de escolas, abaixo desse número, ou seja as quatro que estão abaixo desse número, Caparrosa, Santiago de Besteiros, Dardavaz e Parada de Gonta, nestas vamos abrir outro tipo de negociações, de argumentação. Tive o cuidado de dizer: estarei eu convicto que todas e qualquer uma ficarão inunes a este processo? Como não uso o chavão populista, não posso dizer que estou convencido que sairei desta negociação com todas as escolas tal como hoje estão. Acho que deve haver um espaço negocial, como tudo na vida, e tendo em conta a rede de transporte, muito destes alunos, se não houver outra rede de transporte, eram sair por volta das sete horas de casa. Isso é crítico e preocupa-nos. Estamos, naturalmente, a acompanhar este processo com as questões que são necessárias. Que não haja subtilezas nas interpretações.

Senhor deputado Joaquim Santos, não tenho gosto nem satisfação em estar sempre a recordar o passado., nem é esse o meu objetivo. Só quis chamar a atenção em que há matérias de que nos não nos podemos desviar de análises se soubermos que há um documento assinado. Não quero saber se a pessoa que esteve na origem dessa assinatura, se já foi julgada, se ainda vai ressuscitar politicamente, não quero neste momento saber disso. Quero é ter uma linguagem de coerência. Uma coisa que me preocupa e vou sublinhar de novo, é que estou muito mais preocupado com o futuro do que com o passado. E estou mais preocupado em saber se o país percebeu que há um caminho a ter que ser redesenhado para garantir que no futuro os sacrificios que todos fizemos. e estamos a fazer, não sejam deitados pela janela fora e que não voltemos a cair nos erros do passado. Esta é a minha grande preocupação. Enquanto os portugueses não perceberem que não podemos decalcar as soluções milagrosas do passado, e acreditarem que tudo já está ultrapassado, não vamos a lado nenhum.

Porque é que a dívida publica aumentou? Pelas razões mais elementares. Em primeiro lugar, enquanto existe dívida seja ele de cinco, quatro ou de um por cento, obrigatoriamente a dívida pública tem que aumentar. A noção de deficit tem a ver com a receita ser inferior à despesa. Ora se tenho uma receita inferior à despesa e quero honrar os meus compromissos, tenho de aumentar a minha dívida pública. Esta é uma questão



estrutural. Segundo facto, Portugal recorreu a um cheque de setenta e oito mil milhões de euros e que se saiba é para pagar, aumenta a dívida pública. Terceiro e último fator, há dívida que teve de ser escalonada, sabemos que quando temos um empréstimo bancário a pagar em cinco anos com determinada taxa de juro e chegamos ao banco e dizemos não tenho condições de pagar em cinco anos dizemos: reveja-me o plano de pagamento, em vez de cinco para dez anos, a prestação mensal diminui, mas o encargo bancário aumentou. São estes três fatores que devemos ter em conta, mas se nos abstrairmos dos encargos financeiros, a despesa pública primária, isto é se o país estivesse no estado zero em que não devesse a terceiros, nós teríamos excedentes orçamentais. Como é fundamental lembrar que o encargo da dívida pública portuguesa é maior do que o orçamento do maior dos ministérios, o da saúde. Enquanto o país não for capaz de olhar para os problemas estruturais e pensar que capacidade tem para estruturar o futuro, afigura-se-me complicado. Num país que não tem natalidade, num país que hoje tem um contribuinte a descontar para um pensionista, num país que tem um encargo desta natureza, como é que os nossos filhos vão ter estado social, como nós vamos ter reforma? Esta discussão tem de ser feita e tem de ser feita por aqueles que tem responsabilidades públicas. Não posso olhar para o futuro sem ter reformas em alguns domínios no nosso estado de ação.

Sobre as intervenções do Dr. Felisberto e do Jorge Henriques, registo as considerações feitas. Temos de facto um problema de natalidade que deve ser chamado para a primeira linha do debate.

Registo, também as considerações positivas sobre o logo institucional, acho que representa o sentimento galvanizador que queremos para o território.

Muito obrigado”.

Os deputados João Carlos Figueiredo e Fernando Pereira ausentaram-se da assembleia para motivos institucionais que explicitaram junto da presidência da assembleia.

2.2. Análise, discussão e aprovação da 2ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze



O presidente da câmara explicitou:

“Senhor presidente da assembleia, senhores membros da mesa, senhores deputados, público presente.

Naturalmente, que todos já tiveram oportunidade de analisar este documento que incorpora um acréscimo no serviço de receita, mas não deixarei de dizer que espero em setembro possamos fazer nova revisão, para, nessa fase, também podermos incrementar a receita. Nas obras que estamos a lançar em regime de “overbooking”, olhamos para o comportamento da receita em termos de derrama. Tivemos uma entrada excepcional de derrama já este ano de 2014, que ainda não estamos a levar ao orçamento, por não termos a perceção de qual é a evolução ao longo do ano de 2014. Como sabem o cálculo da receita previsional nos impostos, nomeadamente de IMI, derramas e IMT resultam da média dos dois anos anteriores e só podemos, em boa prática orçamental levar ao incremento da receita se a estimativa do ano presente já estiver em linha superior aquilo que é essa média. Tudo nos leva a crer que este ano, possamos ter um incremento de derrama superior àquilo que estava previsto, porque tivemos uma entrada de receita, no início de 2014, que normalmente é paga entre setembro e outubro. Tudo nos leva a crer, que, apesar do fisco ainda não nos ter confirmado esta ideia, que esta derrama seja ainda de 2013, por acerto de contas; se assim for, viremos, ainda em setembro, trazer nova revisão orçamental, a esta assembleia, com mais um incremento de receita.

Neste momento, temos, neste quadro, o reforço de uma verba de 349 mil euros que estimamos suficiente para a construção do novo ecocentro. Como sabem o município prometeu para o projeto da expansão da Bodum vir a vender, não só os lotes que estão contíguos, como para o próprio processo da expansão, porque esta empresa, admite colocar todo o processo de inovação em Tondela, ter que lhe ceder área que já não existe, confinante com o lote da Bodum. O único espaço disponível é o lote onde está implementado o ecocentro e a alternativa que estamos a desenhar passa por libertar o ecocentro desse espaço, vendendo-o à Bodum e termos de construir novo ecocentro. Estamos a fechar o projeto e o espaço proposto é na área lateral na nova ETAR de Tondela, implicando a abertura de um arruamento na avenida ao Tom'Dela antes de chegar ao barracões do espaço do estaleiro municipal em que, quer a ETAR, quer o ecocentro ficarão com um espaço autónomo do estaleiro para acesso público. O



ecocentro ficaria um espaço mais urbano, associado a um espaço pedagógico, onde se pode associar a ETAR, como modelo e infraestrutura de promoção ambiental. Isto obrigou a este reforço.

Nas instalações e serviço, também temos um reforço, previsto para incremento em temos de custos associados a contratos adicionais. Já referi que temos de fazer uma captação de água e rega do estádio João Cardoso. Como, também, está previsto um reforço na estrada 230 de 159 mil euros, que será um contrato adicional para as obras de dimensão urbana. E está previsto uma verba para equipamentos para o reforço de 89 mil euros no sentido da aquisição em viaturas, que não são para o município diretamente, mas para cumprimento de contrato de execução, nomeadamente da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho e a União de Freguesia de Tondela e Nandufe, para aquisição de tratores, cisterna para apoio à locação que está previsto no contrato.”

Não havendo mais intervenções, foi a 2ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze colocadas à votação, tendo sido aprovada por unanimidade por esta assembleia.

2.3. Análise, discussão e aprovação da contratação de serviços de Revisor Oficial de Contas

O presidente da mesa da assembleia remeteu a palavra para o presidente da câmara municipal que fez a explicitação do documento em análise, neste ponto da ordem de trabalhos.

“Como sabem, resulta da Lei 73/2013 no seu artigo 77º o seguinte: “O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas”, Ora, a contratação deste serviço é uma competência do município e é obrigatória. Até hoje não tínhamos nenhum ROC (revisor Oficial de Contas) a fazer certificação das contas. A nova lei das Finanças Locais trás essa obrigatoriedade e o legislador não só quer que exista o ROC e quer que seja indicado pelo órgão executivo com abertura do procedimento de adjudicação, mas a sua nomeação é da competência do órgão legislativo. Deste modo foram juntas as duas

Cláudia
se R



deliberações. Os valores de mercado são os valores aí constantes, acrescentando que já trabalham com as câmaras de Mangualde e Mortágua”.

Não havendo mais intervenções foi colocada á votação a contratação analisada, e foi aprovada por unanimidade pela assembleia

2.4; Analise, discussão e aprovação dos contratos inter-administrativos a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas de Freguesia do concelho

O presidente da mesa da assembleia remeteu a palavra para o presidente da câmara, neste ponto, explicar pormenores da questão em análise:

“Como é do vosso conhecimento, todo e qualquer contrato inter-administrativo, por exemplo, apoio para competências próprias às juntas de freguesias, em forma de delegação de competências, tem de vir à assembleia para aprovação. No caso em concreto, há um conjunto de contratos que tem a ver com o combate ao sedentarismo. Este projeto desenvolve-se por ano escolar, são para satisfazer os compromissos até julho de 2014. Por força da implementação do enquadramento legal não era possível tê-los estabelecido sem primeiro termos resolvido os contratos de delegação de competências, normalmente aprovados em abril. Se me permitissem analisávamo-los em bloco. Só vêm aqui aqueles em que as juntas de freguesias são as entidades parceiras, porque para o mesmo protocolo e mesmos fins, mas em que a entidade parceira é uma associação não carece de vir à assembleia municipal.

No caso do contrato com a União de Freguesias Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas o valor em causa prende-se com duas intervenções que estão na esfera da delegação de competências e que têm a ver com a execução de águas pluviais e também a execução de uma lomba reguladora de velocidade.

No caso da União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha tem a ver com a execução de um muro de alargamento da rua principal que servirá de apoio à área da associação envolvente quer do Parque Rainha D^a Amélia, quer á própria Igreja.”

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação o contrato inter-administrativo de delegação de competência a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesia de Mouraz e Vila Nova da Rainha, sendo aprovado por



unanimidade. De seguida foi colocado à votação o contrato inter-administrativo de delegação de competência a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, que foi, também, aprovado por unanimidade. Depois, foram colocado à votação os contratos inter-administrativo a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas de Freguesia do concelho, no âmbito do Combate ao Sedentarismo, que foram aprovados por unanimidade.

2.5. Análise, discussão e aprovação da revogação dos n.ºs 2 e 4 do artigo 4 e 5.º do Regulamento e Condicionamentos para o lote da empresa Bodum sediada na Zona Industrial da Adiça de Tondela

Foi dada a palavra ao presidente da câmara que explicitou:

“Vem aqui uma particularidade que obriga a que esta assembleia se pronuncie. A informação que vos é remetida é explícita sobre esta questão. O município vendeu em 1995 os lotes de terreno onde está instalado a atual Bodum. O regulamento da Zona Industrial de Tondela tinha várias cláusulas que são ónus da escritura, uma dessas cláusulas é a não possibilidade do lote ser alienado pelo prazo de seis anos; existe, também, o direito de preferência pelo município em caso de autorização de alinação por escrito após esses seis anos. Atualmente, a empresa para viabilizar o projeto de investimento que tem utilizará capitais próprios e capitais de empréstimos junto da banca. Se, no passado, a banca estava disponível para hipotecas sobre lotes de terrenos vazios, no caso em que estamos hoje, a banca não está disponível em ceder empréstimos tendo como contrapartida um lote vazio. Neste caso, a banca só está disponível se a Bodum der como garantia o seu próprio edifício. Convém referir que estamos na 1ª fase do loteamento da ZIM, porque se a empresa estivesse localizada noutra das fases, este problema não existia, já que o município há três anos atrás veio alterar o regulamento para situações vigentes após essa data. O que está aqui em causa é que o município não impeça a constituição de um ónus, mantendo a reserva de que perante eventual alinação manterá sempre o direito de preferência”.

Aberto um período de intervenções a deputada Cristina Ferreira interveio.
(anexo 16)



Foi, de seguida a proposta colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.

2.6. Análise, discussão e aprovação da abertura de Procedimento para Técnicos que asseguram o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC) através da relação jurídica de emprego público de termo resolutivo certo a tempo parcial

Continuando os trabalhos, o presidente da assembleia deu oportunidade ao presidente da câmara de elucidar os presentes sobre o ponto em análise.

Presidente da câmara:

“Anualmente, e, normalmente na segunda quinzena de julho, o Ministério da Educação produz o despacho de enquadramento das AEC's (atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo seguinte. Esse despacho determina a forma de protocolo e a natureza material e financeira de desenvolvimento das AEC's. Ora, nos anos anteriores e em particular no ano passado, por força da Lei do Orçamento de Estado, o município teve de sujeitar à apreciação da assembleia municipal a aprovação do regulamento de concurso e a contratação, nos termos que estão aqui descritos, visto que é uma competência da assembleia municipal.

Estamos num cenário que tinha dois caminhos. Ou realizaríamos o caminho que no ano passado foi feito, que é, como ocorre depois de 15 de julho e as AEC têm de funcionar a partir de setembro, donde há um conjunto de procedimentos que têm de acontecer preventivamente, implicaria ter de convocar uma assembleia municipal extraordinária em finais de julho para dar eficácia ao modelo de concurso. Ou o município traria a proposta só no final de setembro para ratificação da assembleia municipal. Parece-nos que é mais sensata a posição que aqui tomamos, que é trazer já a documentação do modelo de concurso salvaguardando que ainda não está publicado o documento enquadrador e, como tal, pode haver uma pequena correção pontual, sistemática do modelo de concurso consequente ao despacho se a tal obrigar. Como é sabido tem sido falado da possibilidade de os professores com horário zero dos agrupamentos poderem vir cada vez mais a serem integrados como oferta das AEC. Se



essa situação ocorrer tomaremos essa decisão, se for em sentido contrário tomaremos o modelo que aqui está. Muito obrigado senhor presidente”.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta colocada à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.7. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciou-se o ponto com a intervenção do deputado António Dias, que por lapso do presidente da mesa não interveio no ponto 2.5. (anexo 17)

Foi, depois a vez da deputada Marta Franco:

“Reitero os cumprimentos.

A minha questão surge quando há umas semanas atrás verifiquei na revista Deco que tinha sido feita uma análise a uma série de praias fluviais, incluindo a praia fluvial de Nandufe, infelizmente com resultado negativo, a qualidade da água era de má a aceitável e a avaliação da praia, na minha perspetiva, negativa. Por isso chamo, aqui, atenção aos responsáveis do município para que sensibilizados para essa questão possam de alguma maneira melhorar as condições da praia fluvial, nomeadamente das águas, visto ser uma questão de saúde pública que está aqui em causa.”

De seguida, interveio o deputado José Hélder:

“Muito boa tarde, senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara, senhores membros da assembleia, público.

Vinha, aqui, não é responder ao engenheiro António Dinis, porque quando á pouco interveio tinha o direito de lhe responder, aguardei para este momento, não para responder, mas para dar um esclarecimento. O senhor disse que houve um acordo escrito do PSD da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo que não foi cumprido e que não é uma simples promessa eleitoral. Acho que foi isto que disse. O acordo é importante mas a mera promessa eleitoral não é importante? Marco uma diferença muito grande em relação ao senhor, sabe que sou seu amigo, sempre nos demos muito bem, mas agora vamos pôr isso de parte. Uma coisa são promessas eleitorais junto do eleitorado, outras coisas são questões partidárias dentro do partido, isso cada partido é que resolve. O que é que me interessa a estratégia que foi usada, em Lajeosa do Dão, junto do eleitorado? O que interessa é levar a bom termo o prometido ao eleitorado. Tal como nas associações, temos que escolher uma equipa para cumprir



Cleu
Sh

um programa e é esse objetivo que queremos cumprir. Aqui marco uma grande diferença em relação ao senhor, porque dou mais valor àquilo que são promessas eleitorais do que acordos internos dum partido.

Achei estranho que não se tenha informado, verdadeiramente, sobre o que se passou, porque até tinha um membro, cabeça de lista do CDS, na assembleia de freguesia e tem o meu contacto de telemóvel, também me poderia ter telefonado, mas não querendo acreditar no presidente da junta, o senhor poderia dizer ao André para lhe contar o que se passa, mas nem fez uma coisa nem outra, senão não teria tido a intervenção que teve. Sempre privilegiei o interesse daquilo a que me comprometi, o resto são estratégias de dentro do partido, que ninguém tem o direito de por em questão dum estratégia de uma lista eleitoral para cumprir objetivos. Os eleitores que votaram e se se sentirem defraudados é que tem o direito, se nos candidarmos daqui a três anos, de nos sancionar. Falou com o André, porque ele votou a favor da proposta do presidente da junta de freguesia, o cabeça de lista do PS votou a favor, a votação na assembleia de freguesia foi de sete a favor contra dois votos, quando o senhor põe em causa isto, está a fazer um ataque à assembleia de freguesia. O presidente da junta poderia propor fosse o que fosse entre nove e pode ser criticado sobre aquilo que propõe. Fica muito mal ao senhor presidente da câmara ou a qualquer um membro da assembleia municipal pôr em questão publicamente, como o senhor pôs, uma resolução da assembleia de freguesia. Sobre o acordo que motiva esta “discórdia”, que não há “discórdia” nenhuma, tenho é de fazer o meu trabalho, é um erro de interpretação, um erro de análise e um erro de português. O ponto está bem escrito e o senhor presidente da câmara é garante do acordo do ponto de vista político, não enquanto presidente da câmara, mas enquanto, na altura, candidato do PSD. Não aceito que o senhor presidente da câmara interfira naquilo que é ação própria da junta de freguesia e da assembleia de freguesia e sei que não o vai fazer, nem ninguém, porque se o fizer estamos lá para dar resposta”.

Continuando os trabalhos, o deputado José Manuel Mendes interveio:

“Só para dar um esclarecimento. O que a deputada Marta leu, nós também lemos: a praia de Nandufe, como outras como é o caso de Sangemil, não está oficializada, pelo que não tem obrigadoriedades a que se tenha de responder. As



Alcides
ER

intervenções que são feitas, são feitas pela junta e quero informa-la que ao nível das águas, recebemos o relatório do Centro de Saúde e estão próprias. Muito obrigada”

O deputado António Dinis foi o seguinte a intervir:

“ Oh Zé Hélder! Escusava de vir cá, com esse tipo de insinuações. Não disse que não eram importantes as promessas. Tudo é importante. Mas uma coisa escrita e está lá a tua assinatura. A palavra, para mim, é muito importante, agora o escrito é ainda mais grave. Na palavra pode haver a justificação que não se ouviu bem, mas o escrito está lá. Em relação ao CDS, falei com o meu cabeça de lista e para perceberes que não quis estar a partidizar, dei-lhe liberdade para tomar a decisão que entendesse. Não podes dizer que não diz respeito, isto foi trazido aqui a esta assembleia, está em ata. Razão pela qual nunca falei disto antes, foi trazido na última assembleia, o tratamento político e estamos cá todos nunca tínhamos visto isto, em que uma população vem levantar uma questão e não é respondida. Desculpa la, mas eu senti-me. Que não tenhas ligado, tudo bem, mas fiquei um pouco aborrecido. Não levantei o assunto antes, porque dizes e bem que o membro do CDS votou favoravelmente. Venho aqui é transmitir e dizer porque é que em bom rigor não me meti “na guerra” da assembleia, razão pelo qual vieste aqui reconhecer que o CDS até esteve contigo. Quando vens, aqui, falar de aproveitamento político estás enganado, atiraste ao lado. O assunto está encerrado”.

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Nós nunca encerramos as coisas quando nos apetece, em função da conveniência, mas em função do debate que tem de ocorrer. Vamos ser muito objetivos.

A questão da qualidade da água. Efetivamente nas praias fluviais que estejam obrigadas ao projeto de monitorização aí a entidade gestora é responsável. As demais, compete ao delegado de saúde fazer essa avaliação. Mas naturalmente estamos atentos a essa situação.

Questão muito prática e objetiva sobre as problemáticas, aqui trazidas, do dito acordo e não acordo. Na última assembleia municipal tivemos aqui uma intervenção pública em que momento algum, ao contrário do que se faz querer parecer, tinha havido intervenção, intenção ou intuito de impedir quem quer que fosse, da minha parte, em poder intervir. Alias, ou não nos conhecemos, o que é mau sinal, porque pelo tempo que exercemos funções públicas leva-nos a conhecer, que em democracia todos temos direito à opinião, à palavra, ao contraditório e perceber o que está em causa. No caso



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 30-06-2014

concreto, como foi dito na última assembleia municipal, o movimento solicitou uma reunião ao presidente da câmara, essa reunião foi satisfeita e todos percebemos os pontos de partida de um lado e do outro, as possibilidades que estavam em cima da mesa, os desejos que ambos partilhavam e em função disso, julgo, que a interpretação que qualquer um faria depois de ter recebido o movimento institucionalmente, era que a vinda a esta assembleia era um ato público e político para dar amplitude e publicidade a uma situação que incomodava determinadas pessoas. Na análise política que fiz da situação, aquilo que o presidente de câmara tinha dito ao movimento foi dito no momento certo e na altura certa, na reunião que ocorreu. Estando em causa uma matéria que estava em causa a composição do órgão autárquico executivo, foi explicado em que condições deveria estar. Mas vamos entrar um pouco mais dentro deste problema para o perceber. Qualquer partido que tenha responsabilidades e seriedade no processo autárquico, estando num processo de agregação de freguesias, qualquer candidato à câmara nesta condição deverá ter, na minha ótica, uma estratégia que permita perceber como vai conciliar coisas que então não eram conciliáveis, isto é como pode promover constituição de uma lista para se candidatar a um órgão autárquico; sabemos que vai partir com duas freguesias que não desejaram uma agregação e como tal tinham que encontrar um modelo em que permitisse se constituir uma lista conjunta. Sempre tive o cuidado de dizer que havia uma alternativa que implicaria um risco que era muito maior, passaria pelo partido, no caso, pelo qual me candidatei, não ter uma lista conjunta naquelas duas freguesias, ter uma lista com pessoas maioritariamente só de uma freguesia, outra só doutra freguesia. Desfecho final invariavelmente onde a crispação, o debate político levaria a que lista vitoriosa no pós eleições não convergisse para um trabalho de união que era preciso fazer. Foi isto que estive em causa, se nada tivesse sido feito era um processo desta natureza. Vê-se na união de freguesias onde o PSD não foi vitorioso, se não foi esta a estratégia que a lista vencedora procurou fazer. Não o anunciou antes, mas foi o bom senso a funcionar. Admito que daqui a três anos as coisas possam ser muito diferentes, mas naquele momento era isto. Vou aos diferentes partidos e vejo que havia pessoas de ambas as freguesias, não havia outra forma. O acordo feito em todas as sete uniões de freguesias, para que os candidatos soubessem em que condições é que eram candidatos, naturalmente é um acordo que todos subscreveram nestes termos e nestas condições. Este acordo pressupunha três coisas: em



primeiro lugar que o cabeça de lista fosse da freguesia mais populosa, salvo em que a negociação local tivesse outro desfecho. Vê-se o caso de São Miguel do Outeiro Sabugosa, pressupunha que na lista futura para o órgão executivo existisse outra pessoa daquela que fosse mais populosa e que o presidente da assembleia fosse da freguesia menos populosa, eram os princípios que estavam vertidos. Acho que ninguém ignora, que a agregação das freguesias Barreiro de Besteiros e Tourigo era das agregações mais conflituosa, não era pelas pessoas, era pela razão histórica que está por detrás de uma separação que ocorreu há vinte anos nas condições que é sabido. A pergunta é: no pós eleições o compromisso foi observado? Foi, no pós eleições, constituída uma junta de freguesia que respeitou integralmente este compromisso. Com a demissão do senhor Amadeu Ventura, colocou-se a questão da recomposição da junta de freguesia. Não é o presidente de câmara que pode ter interferência no processo. É o cidadão José António que, enquanto candidato à câmara foi parte neste e noutros casos de acordos. Sensibilizei o senhor presidente da junta para este caso, mas também, não posso ser irresponsável e não ouvir o senhor presidente da junta dizer-me que, olhando para os membros que tem na assembleia de freguesia, uns estão indisponíveis e outros, ele entende que não têm o perfil adequado para as funções. Aqui é que se coloca a questão. Tem o candidato José António, à época, imposição na alienação da equipa e nas pessoas que vão escolher a equipa? O senhor presidente da junta diz-me, “ eu aceitei a equipa como ela estava, aceitei que o segundo fosse membro da outra freguesia, não tenho é culpa que esse segundo tenha saído”.

Este quadro e este desfecho tem esta particularidade que estamos aqui a colocar: há um desfecho possível que é as pessoas renunciarem ao mandato, em bloco, e provocarem um ato eleitoral, mas isso depende da vontade de cada um. Não tenho o poder, nem a liberdade de condicionar as pessoas em bloco a demitirem-se, é um problema de consciência de cada um, que tem de fazer essa avaliação. Tenho a obrigação, enquanto presidente de câmara, de garantir e observar se há um desequilíbrio entre na freguesia na aplicação dos recursos e dos meios, se há uma ação discriminatória. Gostaria de ver este acordo na forma inicial? Gostaria, mas para isso gostaria que o membro que foi eleito como numero dois, infelizmente pelas razões que conhecemos, não as tivesse tido e estivesse em condições de assegurar o mandato até ao final e, naturalmente, quem vier daqui a três anos escolhesse as listas da forma



deliberada que sentisse que era necessária para satisfazer este princípio. Não vejo que possamos validar outro tipo de argumentação sobre esta situação. É fácil levantar bandeiras. O princípio tem de ter sempre as duas faces. É legítimo exigir a um presidente de junta que escolha para a equipa da sua junta aqueles que não têm disponibilidade, quando eles próprios dizem que não a tem? Não é. É legítimo leva-lo a escolher aqueles que ele diz que não têm o perfil de competência que entende para a junta? Não consegui ver isso. Há uma regra muito básica, todos os que sentem injustiçados devem promover condições para que haja um ato eleitoral. É o princípio da democracia a funcionar. Nesta matéria, julgo que fiz a sensibilização que me era exigida no quadro das competências políticas, não autárquicas que a situação domina. Julgo que há matérias que a esfera política deve ter, há matérias que a esfera autárquica deve ter. Muito obrigado”

O deputado José Hélder voltou ao debate:

“Ouvi atentamente o senhor presidente da câmara, peço-lhe desculpa, mas terei de lhe recordar mais alguma coisa. Penso que devem ler o acordo, o que ele diz, porque todos sabem ler. Fizemos esse acordo, que foi esboçado pela comissão política, na pessoa do senhor Dr. José António enquanto candidato, sentámo-nos um dia em casa do senhor Acácio da Corveira, num domingo à tarde de julho, onde estavam pessoas das duas antigas freguesias, após retoques e discussões, ficou concluído. Todos estavam de acordo. Antes de vir embora, eu pressenti, que o senhor Amadeu estava desconfiado de tudo, mas tinha esse direito. Propus, de seguida, ao Dr. José António o tal ponto que alguns acham que é de desacordo, fui eu, sei bem o que assinei., que era no caso de durante o mandato haver alguma vaga na composição da junta, entraria sempre algum do Barreiro, alguém do Tourigo, observando o cargo executivo, porque eu não sabia a constituição da lista. Se fui eu que propus essa cláusula foi para me defender no futuro, porque quem vai trabalhar com o presidente da junta é aquele que ele entende que naquele momento tem condições para o fazer. As competências não estão em causa, porque se fosse por competência, rejeitaria, à partida praticamente todos. Aceitei as pessoas que foram indicadas pelo Tourigo, tive que pôr uma cláusula de salvaguarda. Se não tivesse falado no tal ponto, hoje não estaríamos aqui a discutir isto. O presidente da junta é que vai dar a cara pelos compromissos e é ele que nos termos da Lei propõe à assembleia de freguesia determinada pessoa que ele entende que reúne as condições



para o cargo. O membro que propus, se fosse há quatro anos atrás não o teria feito, porque entendia que não tinha disponibilidade para o cargo no órgão executivo. O acordo está cumprido. Lembro-me bem do que propus, do que escrevi e do que assinei. Têm é de ler a última parte do ponto.”

2- Período aberto ao Público

Neste ponto escreveram-se os cidadãos Jorge Ferreira, Simão Marques, Ventura, Dias Marques. Os senhores Simão Marques, Ventura, Dias Marques cederam o tempo de intervenção ao senhor Jorge Ferreira que interveio. (anexo 18)

“Em relação à intervenção do senhor José Hélder, relativo ao acordo que ajudou a elaborar e assinado por doze pessoas, constam três parágrafos que sublinhamos entre os quais, o primeiro é o seguinte: “Considerando na observação da responsabilidade institucional, o candidato a presidente da câmara municipal de Tondela, José António de Jesus, será o garante do cumprimento dos objetivos pragmáticos referidos no presente documento” a seguir os cidadão abaixo assinalados acordam e na alínea d) do ponto três: “ Em qualquer dos casos se ocorrer uma alteração na composição da junta, a mesma deverá sempre observar na sua composição a proporção de duas pessoas da atual freguesia do Barreiro de Besteiros e uma da atual freguesia do Tourigo, observando-se a especificidade do cargo executivo”. Eu li, sei ler, sei o que é português. O último ponto diz: “Tendo os postulados, aqui expressos é constituída aqui a lista que se anexa e faz parte integrante do presente acordo. Os cidadãos abaixo assinados posicionados em lugar legível que integram a lista ordenada até ao décimo segundo lugar, declaram por sua honra que aceitam e se comprometem a aceitar os princípios subscritos assim como de sua forma convicta a sua boa concretização”. Quer dizer que o senhor José Hélder e todas as pessoas que estão nesta lista não respeitaram a palavra que deram. Senhor presidente tenho 65 anos, vivi noutra regime e vivemos hoje em democracia. Penso que o senhor pensa que eu caí com a chuva, já cá ando há muito anos. Quero frisar, aqui, que o senhor José Hélder, presidente da junta de Barreiro de Besteiros fez pressão sobre pessoas que estavam na lista para se demitirem, para que a pessoa que foi eleita subisse para uma posição legível. Nesse dia, o senhor presidente José Hélder disse que para aquele cargo não interessava o saber ou a experiencia, o que era necessário era



disponibilidade. Fui quadro, numa multinacional, durante quarenta anos, e o meu lema sempre foi pessoas com sabedoria e com experiência para poderem conjugar comigo. Espero e todos os de Tourigo, presidente José António de Jesus, que reflita um pouco naquilo que disse há pouco, porque se o senhor está a entrar num jogo, nós repudiamos. Tenho a impressão que está a cair num jogo que não é normal. Quando uma pessoa vai a uma aldeia e pede o sufrágio das pessoas mediante um acordo, se esse acordo não é respeitado, as pessoas sentem-se. Senhor presidente posso-lhe garantir que toda a minha vida votei no Partido Socialista, não em Portugal, como em França, da qual tenho a dupla nacionalidade. Nesta eleição votei num partido que não era o meu, porque pensava que as pessoas estavam próximas de mim, que eram da minha terra, que tinham a mesma personalidade que eu tenho, que tem a mesma palavra e a mesma honra. Quando assino um documento, dou a palavra, respeito-o. Espero que esta situação se vá arranjar, porque não é uma situação normal. O que mais me choca, é que as verdades não sejam ditas. Em quem acreditar, quando houve uma versão de um lado e outra de outro lado. As pessoas com responsabilidades têm de ter capacidade de analisar e de resolver as situações. Considero-me espezinhado. Novas eleições haverá e volte a pedir para o Tourigo voltar em si, claro que não, quem pode acreditar na palavra dos homens políticos. O que se passou na última assembleia foi algo que não é normal, aqui dentro estava-se a discutir 25 de abril, liberdade e lá fora estavam pessoas a fazer completamente o contrário. Veja tudo isto, senhor presidente, é o que o movimento cívico do Tourigo e Pousadas lhe pede, porque esta situação tem de se resolver. Vamos fazer tudo por tudo. O Tourigo está a ser espezinhado pelo presidente do Barreiro, na última sexta-feira, houve uma reunião da junta, em que participei com outras pessoas do Tourigo. O senhor José Hélder está a querer dividir o Tourigo e a rebaixa-lo, tudo o que foi feito antes é mau. Isso não é normal, entre homens políticos não há nada pior do que deitar a baixo o que os outros fizeram. Foi feita muita coisa no Tourigo, com o senhor Amadeu Ventura. Merecemos consideração e respeito.”

O presidente da câmara respondeu:

“Foram colocadas duas questões em concreto. A primeira de alguma forma contextualizei na intervenção anterior o que estava em causa, penso que já expliquei o quadro de um acordo partidário que foi feito no momento. Não deixei de sensibilizar



para a necessidade de termos de satisfazer as diferentes sensibilidades neste contexto. Que não tenho a legitimidade de impor a constituição de uma junta de freguesia se não for o desejo do cabeça de lista, nos termos em que definiu. Que o acordo pressupõe um conjunto de outros objetivos, nomeadamente com a repartição da questão financeira da nova união de freguesias, e equidade entre as populações. A esta questão estaremos atentos. Quanto à pergunta, quando é que vai respeitar os compromissos eleitorais? Direi que desde a primeira hora em que a recomposição da junta estou sensível às questões que estão a ocorrer, ouvindo o movimento e ouvindo a pessoa que legitimamente foi eleita. Já há pouco o disse, se todos os partidos se sentem incomodados não representados, ou sentem um desconforto, há sempre uma via política, que é através de eleições.

A honra e a dignidade do presidente da câmara. Vou e continuarei a ir, com muito gosto ao Tourigo. Continuarei a manter relações de proximidade com muitas pessoas do Tourigo e respeitarei muito o movimento associativo do Tourigo, como sempre o fiz. Não me sinto diminuído em nenhuma das minhas faculdades políticas. Não deixarei em nenhum momento de discutir de forma aberta e séria os assuntos que estão em causa, nem deixarei de olhar para os problemas da freguesia Barreiro de Besteiros e Tourigo e suas povoações, estarei muito vigilante. O tal autoritarismo que foi aqui evocado da última assembleia, não o poderei exercer de forma institucional. Convém aqui dizer que não tenho nenhuma comissão política, sou com muita honra membro de um partido, mas não presido a nenhuma comissão política nesses termos que aqui foram ditos, isto é há um órgão câmara, há um órgão político, e respeito a separação nestes termos.

Última questão, que tem a ver com a piscina. Recebi o email, procurei informações que não obtive. Não gosto de falar sem estar documentado, nem sem convicção daquilo que digo. Aquele espaço, é um espaço de piscina ao ar livre, que do ponto de vista legal é da esfera da autarquia e local, da união de freguesias. Em termos legais, terá de haver um termo de responsabilidade de um engenheiro civil e um arquiteto a dizer que aquele espaço reúne os requisitos técnicos mínimos exigíveis para funcionar como um espaço nessas condições. Não está em causa saber se tem vigilante ou nadador salvador. O que está em causa é saber que os requisitos mínimos estão



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 30-06-2014

garantidos para um seguro de responsabilidade civil. Da parte do município, os apoios de funcionamento que no passado existiram estão disponíveis de igual forma, desde que as entidades que tutelam aquele espaço garantam as condições. Quem faz os seguros é que tem de responder porque alteraram as condições.

Haverá sempre das partes a vontade de cooperar e dialogar. Muito obrigado”.

O deputado José Hélder retrucou:

“ Que continuam a não querer ler todo o ponto. O senhor Jorge disse que estava a espezinhar o Tourigo (o senhor Jorge retificou que era o acordo), há é o acordo, então estou mais descansado, só falta terem de ler todo o ponto”.

Nada mais havendo a tratar, esta sessão da assembleia municipal de Tondela foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: Carlos Coelho

O 1º Secretário: José Augusto

O 2º Secretário: Sandra Almeida

anexo 1



Exmo. Sr. Presidente de Assembleia
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Exmos. Srs. Membros de Mesa
Exmos. e Exmos. Srs. Vereadores
Exmos. Srs. Membros desta
Assembleia

Voto de Congratulação

"A gratidão é uma forma singular de reconhecimento, e o reconhecimento é uma forma sincera de gratidão"-Alan Vaszatte

O Grupo parlamentar do PSD nesta Assembleia, tendo conhecimento da renúncia ao mandato formalizada e alicerçada em motivos de saúde, pelo membro Horácio Rodrigues, não pode deixar de propor a esta Assembleia que aprove um voto de congratulação pela sua presença neste órgão e pelo trabalho que nele desenvolveu, ao longo de variadíssimos anos, exercendo o cargo quer enquanto Presidente de Junta da Freguesia de Molelos e como tal por inerência, quer mais recentemente como membro eleito. Membro dinâmico, participativo e interventivo, sempre na defesa dos interesses das gentes de Molelos e naturalmente do concelho, aqui deixamos pelo presente a expressão da nossa gratidão, forma que simples de reconhecimento, mas que traduz necessariamente uma sincera forma de gratidão.

Tondela, 30 de Junho de 2014

O Grupo Parlamentar do PSD

anexo 2



Moção

Exmos. Srs. Presidentes da Assembleia
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Exmos. Srs. Membros do Tes.
Exmos. e Exmas. Srs. Secretários
Exmos. Srs. Membros desta
Assembleia

Cleod
SE

“É fazendo que se aprende a fazer aquilo que se deve aprender a fazer”- Aristóteles

O governo português vem desde que tomou posse realizando um conjunto de reformas no âmbito da Educação. Recentemente anunciou o encerramento de 311 escolas do 1º ciclo, no âmbito do processo de reorganização da rede escolar. Viseu e por consulta da listagem do ministério, será o distrito em que está previsto o maior número de encerramento daqueles estabelecimentos de ensino. No concelho de Tondela, está previsto o encerramento de 7 escolas do 1º ciclo, a saber, EB nº1 de Campo de Besteiros, EB de Outeiro de Baixo, EB de Parada de Gonta, EB de Caparrosa, EB de Santiago de Besteiros, EB do Tourigo, EB de Vilar de Besteiros.

Esta não é por certo uma boa notícia para o concelho, designadamente para os autarcas das nossas freguesias, que estou certo gostariam todos de poder contar com todas as suas escolas em funcionamento. Mas penso que também todos, e se formos justos e intelectualmente honestos na discussão, sabemos que tal, fruto de uma crescente redução do número de alunos a frequentar tais estabelecimentos de ensino, não será possível.

Permitam-me que antes de aprofundar este ponto, relembre esta Assembleia, que este é processo iniciado em 2005 e que até ao presente culminou já com o encerramento 3.720 escolas no País. Que este foi um processo suspenso pelo atual governo, na premissa de que este encerramento ocorresse após uma análise mais profunda. Pese embora tal trabalho, notamos que esta não é efetivamente uma boa notícia para o nosso concelho. Há interesses das nossas gentes que importa defender. E pese embora o bom trabalho que reconhecemos ao ministro da educação em várias matérias, (designadamente na reforma curricular com reforço das cargas horárias em português e matemática, na definição de um modelo de avaliação dos docentes que pacificou ferida deixada em aberto pelo governo Sócrates, na definição da

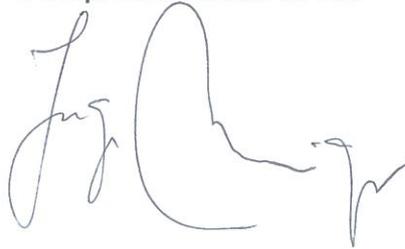
Jorge Manuel Henriques Rodrigues-deputado Assembleia Municipal

regulamentação das bolsas do ensino superior), no caso em concreto do proposto e dadas as especificidades de algumas escolas do nosso concelho cujo encerramento se propõe, vimos pelo presente manifestar a nossa discordância em relação a tal medida.

Porque certos do empenho do Sr. Presidente da Câmara nesta matéria, porque inclusive nesse sentido sabemos que já se manifestou e na senda da máxima de Aristóteles, de que **“é fazendo que se aprende a fazer aquilo que se deve aprender a fazer”**, o grupo parlamentar do PSD nesta Assembleia, **propõe à Câmara Municipal de Tondela**, e dentro do conhecimento que melhor terá sobre a matéria em questão, e sabendo-se de antemão que será difícil a manutenção em funcionamento das escolas com menos de 21 alunos, porque entendemos que tal fato poderá inclusive por em causa a qualidade do ensino prestado, e que são a, EBnº1 do Campo de Besteiros, EB de Outeiro de Baixo, EB de Parada de Gonta, EB de Santiago de Besteiros, **que desenvolva todos os esforços junto do governo português no sentido de garantir em funcionamento as escolas com mais de 21 alunos inscritos, a saber EB de Caparrosa, EB de Tourigo e EB de Vilar de Besteiros.**

Tondela, 30 de Junho de 2013

O Grupo Parlamentar do PSD





andorj
Acord
E B

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José António

Srs. Deputados Municipais, Srs. Vereadores

Comunicação Social,

Público

Não poderia deixar de assinalar um acontecimento recente que marcou inevitavelmente a agenda política nacional, falo das declarações de inconstitucionalidade de algumas normas do Orçamento de Estado para 2014.

Parece-me que não poderia encontrar melhor expressão para definir este Acórdão que semeou novamente a incerteza: “à política o que é da política, aos tribunais o que é dos tribunais”.

E Srs. Deputados, não pensem que com isto pretendo defender como alguns a proposta de revisão da Constituição da República que pretende a extinção deste órgão, bem pelo contrário, um



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'César' and 'Sé' below it.

estado de direito democrático assenta em diferentes princípios e um deles é a salvaguarda do cumprimento da Lei Fundamental.

Mas outro dos princípios que caracteriza as democracias ocidentais é a separação dos poderes, o legislativo à Assembleia da República e ao Governo, o judicial aos tribunais.

Parece-me que ficou claro desta vez que não há interpretações consensuais, mas sim conjunturais e particulares de um determinado grupo.

Quando se avalia a conformidade com princípios que não são de leitura cristalina, tais como a liberdade, a confiança, a proporcionalidade e não existindo parâmetros claros, deverá, e no quadro da separação de poderes, um grupo de juízes prevalecer à maioria existente e legitimada pelo voto popular?



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Cristina' and 'S. R.'

Será constitucional decidir mais depressa em função das suas inclinações políticas e pessoais, do que em critérios jurídicos objetivos?

Pese embora não seja especialista nestas áreas de tanta sensibilidade e ambiguidade, há uma questão que para qualquer comum parece óbvia, terá o Tribunal Constitucional esquecido que os portugueses não apenas aqueles que integram a função pública, que a sua grande maioria não tem os cortes impostos diretamente pelo Orçamento de Estado, mas à semelhança, e por vezes ainda ^{de forma} mais gravosa, tem sofrido graves privações com um desemprego feroz e selvagem, com cortes efetivos nos salários, não decorrentes do Orçamento.

Para os Srs. Juízes apenas a Administração Pública foi afetada com a crise e o Programa de Ajustamento?



Cláudio
S. A.

E clara está essa ideia quando este órgão assume que prefere aumento de impostos a reduções de despesa. Os juízes, à semelhança de todos os cidadãos, têm o direito de preferirem uma carga fiscal muito elevada em detrimento de outras opções de corte, não podem é fazer valer a sua opinião perante uma Constituição que não prevê, em qualquer artigo, aquela que é sua opinião.

Srs. Deputados e em jeito de conclusão, resta-me dizer que o Tribunal Constitucional terá sido afetado por algum tipo de amnésia, pois esqueceu-se do Tratado Orçamental que nos vincula, e acima de tudo esqueceu-se que Portugal não é apenas dos cidadãos ^{afectos} ~~vinculados~~ ao Estado, é também de todos os outros, que estão desempregados ou não, aqueles mais frágeis que não tiveram um grupo de juízes que lhes garantiu a impossibilidade de serem despedidos, mas parece que, para esses não há crise, como tal pode ~~se~~ aumentar ^{se} os impostos, porque na sua visão redutora, apenas o setor público pagou a crise.

Vera Macedo.

anexo 4
Amaral
R

VOTO DE PESAR

O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA APRESENTA NESTA ASSEMBLEIA UM VOTO DE SENTIDO PESAR PELO RECENTE E INESPERADO FALECIMENTO DO SENHOR FERNANDO AMARAL, QUE FOI PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PARADA DE GONTA NO MANDATO DE DOIS MIL E CINCO A DOIS MIL E NOVE.

HOMEM EDUCADO E RESPEITADO POR TODOS QUANTOS COM ELE CONVIVIAM, FERNANDO AMARAL, CUMPRIU DE FORMA BASTANTE POSITIVA, ENQUANTO AUTARCA, COM TODAS AS OBRIGAÇÕES, INERENTES AO LUGAR QUE OCUPAVA, SENDO POR ISSO CREDOR DA NOSSA MAIS SINCERA HOMENAGEM E RECORDAÇÃO.

TONDELA, 30 DE JUNHO DE 2014

ABÍLIO RODRIGUES DOS SANTOS

Exmo. Senhor
 Presidente da Assembleia Municipal
 Presidente da Câmara Municipal
 Senhoras e Senhores Deputados

Os resultados das últimas eleições europeias do passado dia 25 de Maio tiveram as mais disparas leituras.

Há pelo menos uma que pela sua preocupante expressão, eu não posso deixar de partilhar convosco: refiro-me ao elevado índice de abstenção.

Não cumprir o dever cívico de comparecer perante as urnas passou a ser uma ferramenta que cada vez mais utilizada pelos portugueses para demonstrar o seu degrado pela forma como funcionam os partidos.

Sabemos que não há democracia sem partidos.

A organização política, em democracia, faz-se através dos Partidos. Em democracia, a oposição, tem um papel fundamental na apresentação de alternativas, de soluções diferentes para os desafios e anseios legitimamente desejados pelos nossos concidadãos.

Os partidos devem ter como missão e principal preocupação a discussão de problemas reais, que afligem, preocupam e movem o cidadão comum.

Infelizmente, nos últimos tempos, nada disso tem acontecido no nosso país.

Logo após as ditas eleições, o Partido Comunista Português embalado com o argumento de que tiveram o melhor resultado dos últimos 20 anos, pois elegeram 3 Eurodeputados, sentiram-se legitimados a apresentar uma moção de censura a um governo democraticamente eleito e com um mandato de 4 anos.

Se a falácia argumentativa já é, por si só desprezível pela dificuldade que têm em conviver com as regras democráticas, ela tornou-se mais grave por omitir o facto dessa “estrondosa vitória” ter ficado aquém dos 4 eurodeputados eleitos nas eleições europeias de 1989. Há 25 anos, portanto!

Em política os números podem dar para as mais variadas interpretações mas são como o algodão, não enganam!

Mas se do lado dos Comunistas não podemos esperar muito mais, não era

expectável que do Partido Socialista nascesse uma luta com praticidade de assalto ao poder após a vitória alcançada nas ditas eleições.

Não me vou deter em matéria de conteúdo sobre o deplorável espetáculo que as principais figuras socialistas estão a protagonizar.

Já quanto à forma queria partilhar convosco uma simples mas sincera reflexão.

Agora que Portugal começa, ligeiramente, a levantar a cabeça do atoleiro para onde tinha sido enviado pela irresponsável governação socialista, começam estes a salivar com a hipótese de voltarem a ter poder.

Caiu-lhes a máscara!

Não está em causa um projeto alternativo de desenvolvimento do país mas uma ânsia de poder pelo poder.

Ninguém se iluda. Enquanto um procura renegociar a dívida para ter dinheiro e dar continuação à festa do despesismo tão típico nas governações socialistas, o outro pretende regressar acompanhado de toda a tralha socrática que provocaram a desgraça do país colocando-o de mão estendida à mercê da caridade internacional.

Nenhum deles é Messias. Ambos são uma face da mesma moeda!

Sabemos que o luto da governação de Sócrates ainda não tinha sido feito pelos socialistas. Mas a relação de bens que agora expõem na praça pública é demasiada penosa e lamentável para todos aqueles que de forma séria e empenhada se dedicam à causa pública.

Exmo. Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

As atitudes que acabei de exemplificar de tão deploráveis, constituem-se com rastilho para acentuar o descrédito nos agentes políticos.

Atitudes destas potenciam o descrédito, afastam os eleitores, levam o surgimento de extremismos que nos fazem lembrar tempos que pensávamos que jamais voltariam.

Class
SR

Todos sentimos da necessidade de reformular o sistema político responsabilizando mais os eleitos perante os eleitores.

Existe a necessidade daqueles que se disponibilizaram para o desempenho das funções políticas se constituam como exemplos de solidariedade, de coerência, empenho e frontalidade no exercício das suas funções.

Não chegavam aqueles que, à falta de um projeto de desenvolvimento para a o bem comum, perseguem um projeto de poder pessoal, de ânsia de protagonismo, nem que para isso tenham de mudar de partido político, agora temos aqueles que, dentro do seu próprio partido, atropelam regras, forçam posições, bloqueiam procedimentos, para, de forma despuorada, se colocarem em lugares cimeiros de decisão.

João Carlos Figueiredo



anexo 6

1
Cláudio
se R

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

VOTO DE PESAR

No passado sábado, dia 28 de junho, com 70 anos de idade, faleceu FERNANDO AMARAL DA SILVA.

Natural de Parada de Gonta, foi presidente da ASSODREC, Presidente da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da ADRC de Parada de Gonta; foi presidente do Grupo Cultural e Recreativo dos Amigos de Parada de Gonta e era, atualmente, Vice-presidente da Fábrica da Igreja Paroquial de Parada de Gonta.

No quadriénio 2005 / 2009, Fernando Amaral foi presidente da junta de freguesia de Parada de Gonta e, por inerência, membro da assembleia municipal de Tondela.

Assim, reunida em 30 de junho de 2014, a assembleia municipal de Tondela aprova um voto de pesar em memória de Fernando Amaral da Silva, e envia à sua família as suas condolências.

Tondela, 30 de junho de 2014

O grupo parlamentar do Partido Socialista



anexo f
Cecilia
R
S

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara Municipal
Srs. Membros da Assembleia Municipal
Sras e Srs.

Hoje venho finalmente ~~congratular~~ ^{felicitar} a Câmara Municipal pela instalação do Conselho Municipal da Juventude de Tondela.

Afinal este órgão poderá, e citando, “contribuir de forma decisiva para estimular a participação juvenile nas políticas que lhes dizem respeito aumentando a eficácia das mesmas”.

Apesar das várias interpelações realizadas por outros meios, foi através das redes sociais que a mensagem chegou, pois bem e para esclarecimento, a criação do CMJ é uma obrigação legal definida na Lei 6/2012 de 10 de Fevereiro, que estabelece um limite de 6 meses para a sua instauração em todos os municípios, não dependendo por isso de uma qualquer vontade camarária.

A Câmara de Tondela, está deste modo em incumprimento à 2 anos....mas antes tarde que nunca!

A Juventude Socialista lá estará para dar a sua contribuição.

Catarina Homem

Assembleia Municipal de Tondela
30 de Junho de 2014



anexo 8

1
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhores membros da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores

Terminada a inglória participação da selecção nacional de futebol no campeonato do mundo, lá pelas terras de Pedro Álvares Cabral, voltemo-nos de novo para o nosso país. Apesar da época estival de festas e romarias e dos santos populares, é, de novo, hora de nos virarmos para o nosso país – está na hora de acabar com as tréguas oferecidas ao governo!

Já lá vão 3 anos de poder, durante os quais os portugueses pagaram uma pesadíssima fatura, mas que, apesar da tão retumbada “saída da troika”, os sacrifícios continuam; saíram os nossos credores, mas ainda não está cumprida a missão a que este governo se propôs - levar a cabo a mais infame transformação ideológica da nossa sociedade e do nosso país – acabar com tudo o que mexe á volta das conquistas dos portugueses após 25 de abril de 1974: destruir os nossos sistemas de saúde e de segurança social, ambos já numa fase moribunda, o nosso sistema de justiça, apesar de nunca ter atingido a sua fase madura, o nosso sistema de ensino que permitia o acesso igual para todos e, por fim, enterrar a Constituição da República.

Os idosos continuam sem dinheiro para pagar as despesas da farmácia, diminuindo a sua esperança de vida, antecipando o fim dos encargos com as reformas a suportar pelo sistema de segurança social, enquanto os desempregados de longa duração, já sem direito a qualquer subsídio estatal, deixam de fazer parte das estatísticas do governo – isto faz parte da ideologia deste governo.

Mas não nos fiquemos por aqui – ao contrário do que muitos julgam, as atrocidades que são praticadas, não tocam apenas os outros, tocam-nos

também a nós. O nosso concelho nunca esteve, não está, nem estará, incólume à desgraça. Se os problemas de saúde e de desprotecção social não são recentes, nestes últimos tempos Tondela tem sido vítima de novos ataques aos interesses dos nossos municípios. Apesar do conivente esforço de alguns responsáveis, apregoando a existência de um oásis de Besteiros, o certo é que vivemos no interior do país, o que faz de nós um alvo apetecível à gula das criaturas que não passam, afinal, de tentáculos dos monstruosos moluscos, cada vez maiores e mais vorazes. Correm, louca e desenfreadamente, como se a eternidade lhes pertencesse, à procura de um lugar que lhes sacie a ganância que constantemente os atormenta.

Praticamente em silêncio, roubaram-nos a comarca. Claro que, para eles (governantes), a justiça é apenas para os eleitos - deve ser uma justiça que fique longe de ser justa - uma justiça que premeie os criminosos de colarinho branco, os detractores e aqueles que sempre viveram, e querem continuar a viver, acima de qualquer suspeita, acima da Lei! E quanto essa justiça mais longe estiver do povo, tanto melhor! Tal como a educação! Como dizia o ditador nascido no concelho vizinho: *“Um povo culto é um povo infeliz”* ou *“ao povo, basta saber ler e escrever”!* Querem seguir-lhe a pegadas!

Se, até agora, todas as desculpas de destruição eram atiradas, por este governo, para cima dos outros e para cima da “troika”, agora essas desculpas têm os dias contados. Todos devem saber que este governo quer destruir mais 7 escolas no concelho de Tondela! Defendemos uma escola com qualidade, mas não defendemos uma escola longe das pessoas, dos pais e dos encarregados de educação. Não defendemos uma escola que premeie os erros ou que esconda a realidade, mas defenderemos sempre o cumprimento de regras estabelecidas, desde que vão de encontro aos interesses dos cidadãos e, sobretudo, que defendam as crianças enquanto garantia de futuro da nossa identidade e do nosso país.

É, mais uma vez, a hora certa para todos defendermos e lutarmos por aquilo que nos pertence – pronunciem-se os responsáveis das freguesias de Dardavaz, Parada de Gonta, Caparrosa e Silves, Santiago de Besteiros, Barreiro de Besteiros e Tourigo, Campo de Besteiros e Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas. Aceitem, ou não, a voracidade e, nalguns casos, a deslealdade do senhor ministro da Educação. Pronunciem-se!

E não ouse alguém defender que se trata de mais um compromisso assumido por outros! Quando se pretende fechar uma escola, como a de Vilar de Besteiros, que irá ter, no próximo ano lectivo, uma população previsível de 39 alunos, só podem estar a brincar connosco.

Já não se trata apenas de uma provocação ou de uma manifestação de incompetência, mas antes de uma forma terrorista de exercer o poder! Em democracia, não vale tudo, e muito menos quando assistimos a medidas ou

anúncios, à revelia do respeito pelas instituições locais, e muito menos vindas de um governo que já não tem legitimidade para as tomar.

Recordemos os resultados de 29 de maio passado: não foram eleições legislativas, é certo, mas também não foi á toa que os partidos do poder, juntos, tiveram o maior desaire eleitoral de sempre. A expressão eleitoral da direita ficou reduzida à sua real dimensão, castigada pelo eleitorado, devido, não apenas, aos seus erros estratégicos e às suas políticas de destruição do estado social, mas também pela sua deslealdade aos eleitores que caíram no engodo das suas mentiras.

Se existisse, que fosse, neste governo, uma réstia de patriotismo, teria seguido o único caminho com um mínimo de dignidade – a sua demissão, devolvendo a soberania ao povo!

Mas, repetimos: a empresa ideológica ainda não está totalmente cumprida – o desígnio mercenário deste governo cega-lhe a dignidade e embarga a sua responsabilidade.

Se calar é consentir, é também ser igual e concordar. Então, continuar calado é ser conivente e trair quem nos escolheu! E é também por isto que o eleitorado, cada vez mais, vira as costas aos momentos de decisão.

Nós não nos calaremos e assumiremos os nossos compromissos.

Tondela, 30 de junho de 2014

O grupo parlamentar do Partido Socialista



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILAR DE BESTEIROS E MOSTEIRO DE FRÁGUAS

MOÇÃO

O Ministério da Educação divulgou, há dias, uma lista de escolas que prevê encerrar no próximo ano lectivo.

No distrito de Viseu serão 57 estabelecimentos, e o concelho de Tondela é contemplado com o anúncio do fecho das escolas em Dardavaz, Parada de Gonta, Caparrosa, Santiago de Besteiros, Tourigo, Campo de Besteiros e Vilar de Besteiros.

Trata-se de mais um ataque, como tantos outros, ao interior do país e, em concreto, ao nosso concelho e à nossa freguesia.

Aliás, não se entende esta afronta do Ministério da Educação, dado que os acordos estabelecidos, mas discutíveis, entre as várias entidades interessadas, prevêem que o encerramento se aplique a estabelecimentos com menos de 21 alunos.

A escola de Vilar de Besteiros terá, no próximo ano lectivo, uma população escolar que se prevê de 39 crianças.

Assim, e na legítima defesa dos interesses da nossas gentes, dos pais e, principalmente, das crianças, a assembleia de freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, reunida em sessão ordinária no dia 27 de junho de 2014, decide:

- 1 – Condenar, com veemência, esta tentativa de ataque à nossa freguesia, que se afigura, no mínimo, vergonhosa, por parte de ministro da Educação.
- 2 – Exigir que se mantenha aberta a escola de Vilar de Besteiros.
- 3 – Exigir dos executivos autárquicos (junta de freguesia e câmara municipal) a defesa, até às últimas consequências, dos nossos legítimos interesses.
- 4 – Denunciar esta situação à câmara municipal de Tondela, à assembleia municipal de Tondela, ao Ministério da Educação e à Assembleia da República.

Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, 27 de junho de 2014.

APROVADA POR
UNANIMIDADE

Amado g
Clemente
R

anexo 10



Aprovada com 22 votos a favor - Grupo Intermunicipal do PS, Grupo Intermunicipal do CDS/PP e 2 membros do Grupo Parlamentar do PSD.
Tive a abstenção de 21 membros do Grupo Intermunicipal do PSD. 2014/04/30

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Assembleia Intermunicipal Viseu Dão-Lafões

MOÇÃO

A água é de todos!

Na sequência da aprovação, pelo governo, da privatização da EGF (Empresa Geral do Fomento), abrem-se as portas para a privatização da Águas de Portugal.

Ao longo dos últimos anos, temos assistido a uma eufórica corrida ao comércio da água (já considerado como o negócio do século), ultrapassando as barreiras transcontinentais, desde a Europa até à América Latina.

No nosso país, já não são assim tão raros os casos de negócios que envolvem sistemas privados de abastecimento de água e nos quais, como é do conhecimento público, não foram acautelados os interesses dos consumidores. No nosso distrito há um caso ímpar que envolve 5 municípios, 3 deles que integram esta comunidade e que pagam pela água um dos mais elevados preços de todo o território nacional. Os consumidores de Tondela, S. Comba Dão e Carregal do Sal (a par dos consumidores de Mortágua e Tábua) suportam um valor que chega a ser 1 000% mais caro que uma parcela considerável dos municípios do distrito de Viseu.

A concessão negociada, em 1997, pela então direção da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) – entidade que gere a recolha de resíduos sólidos de 19 concelhos e onde se integram a totalidade dos municípios da CIM Viseu Dão Lafões – foi, à época, uma solução, mas, 10 anos mais tarde, com a introdução de uma adenda ao contrato inicial, apesar de geradora de mais-valias imediatas, veio a confirmar-se como um pesado e quase eterno fardo para as famílias destes concelhos.

Sabemos que ainda existem preços políticos que não pagam, sequer, a captação e o tratamento e muito menos os custos de distribuição; por isso, defendemos um preço justo para a água que não pode, nunca, ser objeto de lucros fabulosos, porque se trata de um bem essencial a que todos têm direito.

Mas a água não se reduz à sua distribuição! Começa também a ser apetecível a gestão do tratamento das águas residuais, agora que, em praticamente todos os aglomerados populacionais, está feito o investimento nas respetivas infra-estruturas.

Resta, ainda, e para complementar as taxas que se cobram na mesma fatura, falar na recolha de resíduos sólidos, vulgarmente designado por lixo!

Nos concelhos desta comunidade, embora toda a matéria recolhida vá repousar no mesmo destino, são diferentes os preços praticados pelos diversos municípios,

Cláudio
SO

independentemente da distância, mas não nos compete aqui, neste órgão, avaliar a política de taxas que cada qual pratica.

Existe, no entanto, uma preocupação que deve ser comum: a defesa dos interesses de todos os cidadãos desta comunidade.

Ser solidário, além de defender projetos que impeçam diferenças fraturantes de desenvolvimento dentro da comunidade, é criar condições de qualidade de vida que promovam o bem-estar social e evitem um dos maiores flagelos do interior do país – a desertificação rural!

Para fixar pessoas é necessário criar condições. É tornar apetecível o território, não só pela oferta de infra-estruturas que garantam um exigente grau de qualidade de vida, mas também que ofereçam garantias que os encargos mensais dos serviços de primeira necessidade sejam comportáveis face aos rendimentos familiares.

Destes recursos, a nossa região está servida, e não depende de terceiros para tratar dos seus resíduos nem para se abastecer ou tratar da água que consome.

Temos, portanto, de defender o que é nosso!

Assim, na defesa dos direitos dos cidadãos da nossa região, e sem qualquer intentada violação da soberania autárquica, a assembleia intermunicipal de Viseu Dão Lafões, reunida em sessão ordinária, recomenda aos diversos órgãos executivos e deliberativos municipais, que integram esta comunidade:

- 1 - Que mantenham no domínio das suas competências a gestão das águas e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos;
- 2 – Que sejam os municípios a regular um preço justo para a água, tendo em conta os custos de exploração e distribuição, o nível de vida, e uma discriminação positiva das famílias mais desprotegidas e também das mais numerosas
- 3 – Que os municípios se interessem por uma gestão profissional destes serviços, de forma que a sua prática não justifique, por razões económicas, e muito menos políticas, a sua privatização;

Carregal do Sal, 30 de abril de 2014

Pel'O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Joaquim Santos



anexo))
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 30 de junho de 2014

As eleições para o parlamento europeu não correram bem para os partidos mais relevantes do espectro político nacional. Se a coligação que governa o país teve um mau resultado, o que não surpreende ninguém se tivermos em consideração as medidas que foram impostas aos portugueses ao longo dos últimos três anos, a verdade é que o Partido Socialista teve uma vitória muito curta. Tão curta que levará à provável substituição do seu secretário-geral.

Entre os diferentes partidos vencedores, destaque para o resultado do MPT, em que mais do que a ideologia, o que realmente esteve a votos foi a personalidade do seu candidato Marinho e Pinto. Vitória também da CDU, que viu aumentada a sua representação de dois para três eurodeputados.

Mas os grandes vencedores do escrutínio do passado dia 25 de maio foi o desinteresse e a indiferença face a tão importante ato eleitoral. Uma abstenção record de mais de 66 por cento, em que apenas um em cada três eleitores foi votar. Muito preocupante para todos os que acreditam no regime democrático.

No concelho de Tondela o cenário foi muito semelhante. Uma enorme abstenção, que nalgumas freguesias se aproximou da marca dos 80%. Também de assinalar os votos brancos e nulos, que, juntos, se tornaram o terceiro partido mais votado no concelho. No entanto, a coligação Aliança Portugal foi vencedora no concelho com pouco mais de quatro mil votos, o que não deve deixar nem o CDS nem o PSD descansados no concelho. Foram perdidos mais de dois mil votos pelos dois partidos entre os dois atos eleitorais, o que não deve ser menorizado.

Mas devemos voltar à abstenção e às razões a um afastamento cada vez maior entre as pessoas e os seus eleitos. Celebrámos na última assembleia municipal os quarenta anos do 25 de abril em Portugal. Mas, curiosamente, foi nesta última assembleia que assisti ao maior dos atropelos aos valores de abril e à participação democrática das populações.

O que se passou no Período Aberto ao Público deve merecer o nosso maior repúdio. Nunca na história democrática do concelho (e já levo quase vinte anos de participação política nesta assembleia) se assistiu a algo semelhante. Não responder às populações que representamos deve merecer a censura de todos os democratas. Por mais incómoda que seja a situação, por mais embaraçoso que seja o assunto, a assembleia municipal também deve ser dos cidadãos e da sua expressão cívica e de cidadania.

As populações das Pousadas e do Tourigo estão zangadas com o PSD de Tondela. O PSD concelhio, incluindo os atuais dirigentes do partido e os atuais autarcas, faltaram ao acordo escrito que haviam firmado com as populações. De assinalar que se tratou de um acordo escrito, não foi uma mera promessa eleitoral.

A situação apresentada nas cópias distribuídas a todos nós, e o que se passou a seguir, em que responsáveis políticos e autarcas do PSD tentaram evitar a expressão livre e democrática dos representantes dessas populações nesta assembleia, deve merecer o repúdio de todos os grupos parlamentares representados neste órgão representativo do poder local. Não se pode vir para este púlpito defender os valores da democracia, defender a verdade, e depois na prática impedir a vivência desses valores.

O CDS tinha como slogan de campanha Acreditar nas Pessoas. Mantemos os mesmos valores e colocamos as pessoas acima de tudo o resto na política. Pena é que os atuais autarcas faltem descaradamente, não apenas à palavra dada, mas também à palavra escrita.

Uma referência para o investimento de 6 milhões de euros na Fresenius Kabi que irá criar postos de trabalho no nosso concelho. Parabéns à sua administração e aos seus colaboradores e os desejos que tenham todo o sucesso nesta nova fase da vida da empresa. Uma referência também para a presença do Senhor Ministro Dr. Pires de Lima e para a sua prestação enquanto ministro da economia.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 29 de abril a 24 de junho 2014)

Anexo 13
Cláudia
SR

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 28 de abril, realizaram-se diversas reuniões, das quais se salientam as seguintes:

- do CLDS+;
- com responsáveis do Agrupamento de Escolas Cândido Figueiredo;
- da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;
- do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (4 reuniões);
- com pais e encarregados de educação dos alunos do Jardim de Infância e Escola Básica de Parada de Gonta;
- da direção da Adices;
- visita e reunião de trabalho na Estação Rupestre de Molelinhos;
- na tomada de posse do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal;
- reunião com responsáveis das empresas Transdev, Águas do Planalto, Aquapor, Embeiral, Civibérica (3 reuniões), Nutroton, Bodum, Gealmar, Jomanor e Deloitte Portugal;
- conferência de imprensa para divulgação da digressão da “Viagem do Elefante” (CIM Viseu Dão Lafões e Acert);
- com a Senhora Diretora do Centro de Emprego de Tondela;
- no Seminário “Agricultura – uma raiz de oportunidades”;
- com responsáveis do POVT, em virtude do Município de Tondela ter sido selecionado para a realização de uma auditoria a uma das suas candidaturas financiadas no quadro deste Programa Operacional;
- com responsáveis da empresa SOLO VIVO e Presidentes da Junta do concelho;
- do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (4 reuniões);

- com responsáveis das duas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Tondela (2 reuniões com cada entidade);
 - com o Secretário Executivo e técnicos da CIM Viseu Dão Lafões;
 - com os Presidentes de Junta da União de Freguesias Tondela e Nandufe, Freguesia de Parada de Gonta, União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, Freguesia de Dardavaz e com o Secretário da União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas;
 - com responsáveis do Sporting Clube de Nandufe;
 - com responsáveis do Clube Desportivo de Tondela (3 reuniões);
 - com responsáveis do Instituto de Mobilidade e Transportes;
 - com responsáveis da DGEST, no âmbito da oferta formativa para o ano escolar 2014/2015;
 - na tomada de posse da Senhora Diretora da CCDRC;
 - na tomada de posse dos novos corpos sociais do Clube Desportivo de Tondela;
 - com o gerente da empresa CrizLar, no âmbito das negociações de terrenos para alargamento da ER230 em Campo de Besteiros;
 - do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no âmbito do Fundo de Apoio Municipal;
- Com responsáveis da empresa Ecoténis e com o Presidente da União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa;
- do Conselho da Comissão Especializada do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;
 - com responsáveis da empresa José da Costa e Filhos na Escola Básica nº2 de Campo de Besteiros;
 - com responsáveis da Associação Inubar e Aventura e Presidente da Junta de Ferreirós do Dão;
 - com o Professor Rosa Pires, da Universidade de Aveiro, e Miguel Torres;
 - com o sr. José Franklim Almeida e técnicos da Câmara Municipal;

- com o Secretário de Estado da Administração Local, Dr. António Leitão Amaro;



- com o Ministro da Economia, António Pires de Lima;

- na CCDRC para apresentação do projeto piloto “Porta a Porta”

Permita-me que destaque e que referencie, das diferentes ações, as seguintes:

- **Assinatura dos Protocolos com o Movimento Associativo:** a sessão de assinatura destes protocolos reveste-se de extrema importância para o Município, uma vez que se trata da afirmação formal da valorização das nossas instituições culturais, recreativas, desportivas ou sociais que assumem, cada vez mais, um papel preponderante e de proximidade relativamente às comunidades onde estão sedeadas, na medida em que muito contribuem para a afirmação da nossa região e para fortalecer a liderança e atratividade da mesma.

Num quadro de grande rigor de gestão financeira e orçamental, foram assumidos, no passado dia 16 de maio, novos compromissos com as diferentes instituições e associações contribuirão para a realização das mais variadas iniciativas e projetos, incluindo grandes eventos de dimensão nacional, e que constituem fatores de promoção do concelho.

Estes apoios e compromissos um montante global em 2014 de cerca de 825 mil euros. (+150000€). Um valor desta dimensão expressa bem o alcance desta medida e da importância que assume para o Município o trabalho do movimento associativo, salientando o desenvolvimento sustentado, integrado, coeso e participativo que pretendemos para o concelho de Tondela.



- **Lançamento de Empreitadas:** o Município está a / irá concretizar um conjunto vasto de investimentos, refletindo uma visão estratégica de planeamento a médio e longo prazo, procurando reverter em seu benefício financiamentos que ainda sejam elegíveis no atual quadro de apoios comunitários. Esta estratégia é reveladora da determinação do Município em converter os desafios em oportunidades, assegurando e promovendo todas as condições para a concretização dos anseios das populações, e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

- **Discussão sobre o Fundo de Apoio Municipal:** como foi referido anteriormente, ocorreram reuniões do Conselho Diretivo e Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que versaram sobretudo sobre a análise da proposta de acordo entre o Governo de Portugal e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses relativamente ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), cuja constituição está prevista no artigo 62 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

A reunião do dia 2 de junho terminou sem que se tivesse chegado a uma decisão final, pelo que no dia 17 de junho decorreu uma nova reunião do Conselho Diretivo da ANMP, onde foram aprovadas alterações.

A proposta de lei que estabelece o regime jurídico do FAM foi discutida na Assembleia da República no passado dia 18 de junho, embora ainda sem as alterações acordadas entre o Governo de Portugal e a ANMP.



Essas alterações aprovadas no Conselho Geral do dia 17 de junho (com 37 votos a favor e sete contra) passam pela participação por parte do Estado em 50% dos 650 milhões de euros (e não os 30% inicialmente propostos) e o prazo de constituição do fundo que passará a ser de sete anos, a partir de 2015, e não de cinco.

Sendo que a criação do FAM implicará esforços muito significativos por parte dos Municípios, foi também proposta a descida do IVA para 6% para a iluminação pública, transportes e refeições escolares.

Por fim, foi também solicitada ao Governo a revisão da Lei dos Compromissos.

A concretizar-se o acordo, os encargos financeiros para o Município serão de 156 334 €, repartidos em duas tranches ao longo de 7 anos.

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Minhas Senhoras e Meus
Senhores**

No âmbito das atividades da Câmara Municipal de Tondela permitam-me esta breve ^{si ma} intervenção, pela importância que reveste para o concelho e que todos certamente reconhecerão, do anúncio publico de mais um investimento no nosso município.

De facto, cinco meses depois de inaugurada uma nova plataforma logística da Labesfal em Tondela que representou, então, um investimento de quatro milhões de euros a Fresenius Kabi que adquiriu esta unidade fabril em 2005, vai investir agora 100 milhões de euros... Um número de facto impressionante.

O presidente da Fresenius Kabi/Labesfal explicou e adiantou que o novo investimento se destina a aumentar a capacidade instalada para produção de soluções injetáveis em ampolas de vidro e de formas sólidas orais, através da instalação de novas linhas de produção para exportação.

(Mas este investimento visa não só aumentar a capacidade de produção de ampolas de vidro mas também aumentar a produção de comprimidos.)

Este fortíssimo “upgrade” foi partilhado com o Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Dr. José António e com o Governo, na pessoa do Ministro da Economia que a este propósito referiu e assinalou a importância crescente que a exportação teve neste empresa, pela constatação de que se até 2005 exportava cerca de sete milhões de euros, este ano vai exportar 118 milhões de euros, naturalmente, porque o que faz, faz bem, produz bem, tem know-how, talento e chega mais facilmente um pouco a todo o mundo através das redes de comercialização desta multinacional.

Por isso o reconhecimento de que a *Labesfal* se converteu numa referência e numa empresa de âmbito mundial, internacional porque exporta para vários continentes e ^{vários} ~~muitos~~ países e que com isso está a exportar o talento e a capacidade de fazer dos portugueses para todo o mundo, não poderia deixar de ser registada neste fórum.

(No final da reunião com o conselho de administração da Labesfal/Fresenius Kabi que foi amplamente noticiada, o ministro da Economia destacou ainda o percurso)

(notável da empresa de medicamentos que faturou quase 150 milhões de euros em 2013, dos quais quase dois terços foram exportações.)

Um exemplo do que se faz bem por cá, do caminho a trilhar, de que as empresas portuguesas são capazes de ultrapassar as dificuldades e até contrariar os tempos difíceis que atravessamos.

Naturalmente que para os Tondelenses esta notícia não poderia deixar de ser registada pelos postos de trabalho que cria, pela dinâmica que gera mas sobretudo pelo significado que encerra.

Porque esta projeção, que agora foi reconhecida de âmbito internacional e nacional parte de Tondela e por isso o orgulho e a satisfação de termos no nosso concelho, uma entre outras empresas, que tornam deste município, de facto, e sem demagogias, um sinónimo de progresso, de contrariar os tempos amargos que vivemos e acima de tudo porque faz parte de uma energia positiva que queremos para o nosso concelho, na construção de um exemplo de uma região de bem-estar e acrescentaria eu...

Somos capazes porque estamos em Tondela!

Cristiana Jacia da Silveira



anexo 15
Cecilia
A

Reitero os cumprimentos,

Uma breve referência ao Conselho Municipal da Juventude, e de acordo com o que apurei, já foi dado o pontapé de saída para a sua instalação e já foi agendado o primeiro plenário que permitirá discutir e aprovar o seu Regulamento.

Felicitar daqui a Deputada Catarina por ter iniciado um estágio profissional e daí não estar presente na sessão.

Lamento apenas que todo esse ruído nas redes sociais por se achar que é a melhor forma de participar tenha culminado numa fuga ao contraditório, pois nos 4 anos e 8 meses que levo de Assembleia Municipal não me recordo de qualquer intervenção com o propósito de constituição desse órgão.

Registo no entanto com agrado a intervenção lida pela deputada Marta que, coincidência ou não, evita mais uma vez o debate, que, espero eu, aconteça finalmente no dito Conselho Municipal da Juventude.



Claret
R

Não podia no entanto, e porque acho que este deve ser realmente o propósito, deixar de lançar o repto a todos os que irão integrar o CMJ que este terá que ser algo mais que um elemento decorativo, este deverá ser um verdadeiro espelho da vontade da juventude.

Faço votos que não se caia na tentação de utilizar o CMJ como um palco, onde os protagonismos prevaleçam sobre o superior interesse dos jovens do nosso Concelho, e se perca a oportunidade de influenciar realmente o curso das políticas municipais, bem como o reforço da justiça intergeracional.

Vera Machado

Amo 0/0
Alcides
E

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Minhas Senhoras e Meus
Senhores**

Mais uma vez a vossa atenção para este ponto que será colocado à votação desta assembleia e do papel do município e em particular que a Câmara Municipal demonstra como força catalisadora e atenta do investimento privado.

Impõe-se, naturalmente, adotar a este propósito políticas sérias no âmbito do investimento que no caso em apreço é privado, é certo, pela importância para o território e para as populações que o mesmo encerra.

Julgo que ninguém compreenderia que o município, não estivesse atento, não atuasse energeticamente em soluções que acautelando escrupulosamente o interesse público, captassem o interesse de quem investe e quer continuar a investir no nosso território sob pena de, inevitavelmente, deixarmos escapar quem quer também apostar no nosso concelho.

Como julgo que consta da informação que foi entregue aos srs. Membros da assembleia municipal e que me escuso por isso a reproduzir exautivamente a firma Bodum Portuguesa, Produção de Artigos Metálicos, SA, veio solicitar uma deliberação onde a Câmara de Tondela desse o seu acordo à constituição de hipoteca sobre o prédio que havia sido adquirido em 1995, com os condicionalismos impostos pelo Regulamento e Condicionalismos para a Atribuição de Lotes na Zona Industrial Municipal da Adiça de Tondela.

Refira-se que já em 2011 a Câmara Municipal deliberou revogar os números 2 e 4 do artº 4º e o artº 5º do citado Regulamento, onde constavam alguns dos condicionalismos que haviam sido impostos, deliberação esta que, então, foi submetida a esta Assembleia Municipal e que mereceu uma votação por unanimidade.

Estas deliberações, no entanto, quer do órgão executivo, quer do órgão deliberativo, não se aplicam às transações anteriormente efetuadas, razão pela qual foram e serão objeto de nova deliberação, digamos assim.

Por uma questão de coerência mas acima de tudo pelos motivos que são por demais evidentes e alegados pela própria empresa mormente a expansão da sede e aumento

Cláudia
S

da capacidade de produção e armazenagem, com consequências diretas na criação de postos de trabalho e geração de riqueza no território impõe-se esta alteração.

E assim anda um concelho claramente virado para o futuro, atento e enérgico enquanto força catalisadora de quem quer apostar em Tondela.

Crí­tiana Maria da Silva Ferreira

Os tempos atuais exigem dos órgãos autárquicos uma visão abrangente e uma atuação conjunta que vise o respeito pela autonomia, cooperação, solidariedade e estabilidade, torna-se vital que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de responderem da melhor forma às necessidades das suas populações.

Nesta perspectiva, a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através do qual se estabelece um novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, que determina que as autarquias locais no âmbito da prossecução das suas atribuições podem recorrer à delegação de competências nos órgãos das freguesias.

Determina ainda aquele normativo que os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais e que a transferência de tais competências opera-se através da celebração de contratos interadministrativos que devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, e são aprovados pela Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal.

Num contexto em que uma administração local moderna deve assentar a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis e tendo presente a escassez de recursos, a Câmara Municipal de Tondela pretende rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as freguesias são confrontadas.

É pois, à luz deste novo paradigma de relacionamento entre os Municípios e as freguesias que são elaborados os presentes contratos interadministrativos de delegação de competências que hoje aqui apreciamos, discutimos e votamos que, estamos certos, permitirão melhorar as nossas condições de trabalho e prestar um melhor serviço às nossas populações, promovendo a coesão territorial do Concelho, a descentralização administrativa, o reforço da relação de proximidade com os munícipes e uma maior celeridade, economia e eficiência das decisões administrativas.

Muito Obrigado.

José António de Oliveira Dias

Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA DA CÂMARA DE TONDELA
30 DE JUNHO DE 2014

EU SOU JORGE MANUEL MARTINS FERREIRA
PORTA VOZ DO MOVIMENTO CIVICO DE TOURIGO E POUSADAS

**SENHOR PRESIDENTE
SENHORES DEPUTADOS
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES
AS MINHAS SAUDAÇÕES**

SENHOR PRESIDENTE

O MOVIMENTO CIVICO DE TOURIGO E POUSADAS TEM 2 PERGUNTAS PARA FAZER,

MAS ANTES QUERIAMOS EXPRESSAR AQUI O NOSSO MAIS PROFUNDO REPÚDIO E INDIGNAÇÃO DA MANEIRA AGRESSIVA E DESRESPEITUOSA QUE O SENHOR JOSÉ CARLOS COIMBRA MEMBRO DA SUA COMISSÃO POLÍTICA TEVE PARA COM OS REPRESENTANTES DESTA MOVIMENTO A SAÍDA DA ÚLTIMA ASSEMBLEIA DESTA CAMARA. QUEREMOS DEIXAR AQUI BEM FRISADO QUE NÃO SOMOS UM MOVIMENTO QUE SE DEIXA INTIMIDAR E ESPERAMOS QUE ESTA SITUAÇÃO NÃO VOLTE A ACONTECER.

É INDIGNO DE UM POLÍTICO QUE FAZ PARTE DE UM PARTIDO COMO O SEU, TENHA PROCEDIMENTOS SEMELHANTES.

SOMOS UM PAÍS DEMOCRATA, QUEREMOS VIVER NUMA VERDADEIRA DEMOCRACIA, NÃO NUMA DEMOCRACIA DITATORIAL.

QUANTO ÀS PERGUNTAS, A PRIMEIRA QUE QUEREMOS FAZER É A SEGUINTE:

1-QUANDO É QUE O SENHOR PRESIDENTE E A SUA COMISSÃO POLÍTICA QUER FAZER RESPEITAR OS SEUS COMPROMISSOS ELEITORAIS?.....

QUANDO É QUE O SENHOR PRESIDENTE VAI FAZER APLICAR O ACORDO DE CONSTITUIÇÃO DE LISTA PRÉ-ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DE UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO DA QUAL O SENHOR PRESIDENTE É GARANTE?.....

QUEREMOS DIZER, UMA JUNTA CONSTITUIDA POR 2 PESSOAS DA ANTIGA JUNTA DE BARREIRO DE BESTEIROS E UMA PESSOA DA ANTIGA JUNTA DE FREGUESIA DE TOURIGO.

QUANTO A SEGUNDA PERGUNTA

2-ESTA RELACIONA-SE COM A ABERTURA DA PISCINA DO CENTRO DE LAZER DO TOURIGO A QUAL ESTÁ NAS MESMAS CONDIÇÕES DE OUTRAS DO CONCELHO QUE SEGUNDO INFORMAÇÕES VÃO ABRIR SEM NENHUM PROBLEMA.

NADA EXISTE MATERIALMENTE E EM SEGURANÇA PARA QUE ESTA PISCINA NÃO POSSA ABRIR.

O MOVIMENTO CIVICO DE TOURIGO E POUSADAS ENVIOU UM E-MAIL A VEXA A FAZER ESTA PERGUNTA E NÃO OBTIVEMOS RESPOSTA ATÉ HOJE. TEM O SENHOR PRESIDENTE ALGO A NOS DIZER ACERCA DESTA ABERTURA?.....

Claret
R

AGRADECIAMOS QUE FIZESSE TUDO O QUE ESTÁ AO SEU ALCANCE PARA QUE ISSO ACONTECESSE, ASSIM EVITARIA COM CERTEZA MUITOS DESCONTENTAMENTOS E NÃO IRIA CONTRA AQUILO QUE DURANTE ANOS E ATÉ AO ANO TRANSATO ESTEVE DE ACORDO, NÃO VENDO NADA A OPÔR Á ABERTURA E FUNCIONAMENTO DA PISCINA, PARTICIPANDO MESMO E AJUDANDO A QUE A PISCINA ESTIVESSE ABERTA PARA O BEM ESTAR E PRAZER DE TODOS.

**TOURIGO, 30 DE JUNHO DE 2014
MOVIMENTO CIVICO DE TOURIGO E POUSADAS**